

COLEÇÃO
HISTÓRIA DO ANTISSEMITISMO

BREVE HISTÓRIA DO
ANTISSEMITISMO

NA ANTIGUIDADE

MATHEUS G. N. SALES



EDITORA
ANTROPUS

COLEÇÃO
HISTÓRIA DO ANTISSEMITISMO

**BREVE HISTÓRIA DO
ANTISSEMITISMO
NA ANTIGUIDADE**

Matheus Gleydson do Nascimento Sales



CONSELHO EDITORIAL

Cleverton Lopes de Oliveira
Déborah Gomes Oliveira
Fábio Alves Gomes
Juliana Nascimento Almeida
Matheus Gleydson do Nascimento Sales
Matusalém Alves Oliveira
Raphael Bispo Milhomens

CONSELHO CIENTÍFICO

Fábio Alves Gomes (UFCG)
Juliana Nascimento Almeida (ANTROPUS EDUCACIONAL)
Matheus Gleydson do Nascimento Sales (UEPB)
Matusalém Alves Oliveira (UEPB)
Washington Luiz M. da Silva (UFPE)

EXPEDIENTE

Diretora Geral Deborah Gomes Oliveira
Editor Chefe Matheus G. N. Sales
Revisora Juliana Nascimento de Almeida
Revisora Geral Solange Diniz de Oliveira
Capa Thaynan Antunes

1ª Edição
Todos os direitos da obra
Matheus Gleydson do Nascimento Sales

www.antropuseducacional.com.br/editoraantropus
Copyright da obra © Matheus Gleydson do Nascimento Sales,
2023.

Arte da capa - Thaynan Antunes

FICHA CATALOGRÁFICA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

S163d Sales, Matheus G. N.
Breve história do antissemitismo na antiguidade / Matheus
Gleydson do Nascimento Sales. – 1. ed. – Campina Grande :
Editora Antropus, 2023.
156 p. : il. (História do antissemitismo)

Inclui biografia do ator.

ISBN: 978-65-84581-18-0

1. Judaísmo. 2. Antissemitismo – História – 1200
a.e.c.-200. 4. História cultural . I. Título. II. Série.

21. ed. CDD 305.8

Elaborado por Estela F. P. Santos, Bibliotecária - CRB 15/841

“Os maus são odiados, não
somente pelos homens, mas pelo
próprio Deus.”

-Flávio Josefo

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	8
DEDICATÓRIA	10
PREFÁCIO	11
INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO I:	
AS FONTES	28
OS JUDEUS NA LITERATURA	29
OS PRIMEIROS REGISTROS MALDOSOS	30
CAPÍTULO II:	
AS PRIMEIRAS MANIFESTAÇÕES	38
A GÊNESE DO ÓDIO AOS JUDEUS	39
NO EXÍLIO BABILÔNICO	40
NO IMPÉRIO AQUÊMÊNIDA	45
NO MUNDO HELENÍSTICO	47
CAPÍTULO III:	
ACUSAÇÕES E CALÚNIAS	50
NAS GARRAS DOS SELÊUCIDAS	51
ROMA ENTRA EM CENA	53
TIBÉRIO E A PRIMEIRA OPRESSÃO	
NO OCIDENTE	59
A LOUCURA DOS CÉSARES	60
CAPÍTULO IV:	
ALEXANDRIA E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO	
ANTISSEMITISMO	66
A COMUNIDADE JUDAICA DE ALEXANDRIA NO	
PERÍODO ANTERIOR A 38 E.C.	67

INÍCIO DO CONTROLE ROMANO EM ALEXANDRIA	72
VALÉRIO FLACO, O GOVERNADOR ROMANO DE ALEXANDRIA	77
O STATUS DOS JUDEUS ANTES DE 38 E.C.	79
DECRETO DE VALÉRIO FLACO E O ÁPICE DA PERSEGUIÇÃO	82
A COMUNIDADE JUDAICA SE LEVANTA CONTRA FLACO	85
PRIMEIRA DISPUTA TEOLÓGICA	87
HERODES AGRIPA DE PASSAGEM POR ALEXANDRIA	89
CAPÍTULO V:	
DAS CALÚNIAS	96
AS ACUSAÇÕES	97
NEGAÇÃO DAS ORIGENS DO POVO JUDEU	101
EXPLICAÇÃO PARA AS ACUSAÇÕES	104
FUGA OU EXPULSÃO DO EGITO?	106
CAPÍTULO VI:	
OS ACUSADORES MAIS FAMOSOS DA ANTIGUIDADE	110
SOBRE O ANTISSEMITA MANETON	111
HEBREUS OU HICSOS?	113
SOBRE O ANTISSEMITA ÁPION	116
CAPÍTULO VII:	
CÉLEBRES JUDEUS EM DEFESA DO SEU POVO	120
DO FILÓSOFO FÍLON DE ALEXANDRIA	121
EMBAIXADA A GAIO	125
CONTRA ÁPION	136
ESTRUTURA DE CONTRA ÁPION	140

CONSIDERAÇÕES FINAIS	143
POSFÁCIO	146
REFERÊNCIAS	152
SOBRE O AUTOR	157

AGRADECIMENTOS

Muitas são as pessoas a quem devo meus sinceros agradecimentos, mas como não poderia ser diferente, começo agradecendo ao bondoso Deus que me preservou com saúde e me possibilitou a oportunidade de escrever esse pequeno livro que tem o objetivo de educar jovens e adolescentes, a fim de os conscientizar da história do povo judeu, das suas vicissitudes e da importância do sionismo no século XXI.

Agradeço a toda comunidade judaica do Rio Grande do Norte, na figura do presidente e da vice-presidenta, prof. Flávio Hebron e a psicóloga Sarita Cesano, à Sinagoga Braz Palatnik, ao HaShomer Hatzair, na figura do meu caro amigo Luan Vieira, Pehil do Ken de Natal que me incentivou a escrever essa singela obra. A professora Alana de Moraes Leite que aceitou escrever o posfácio, pesquisadora do holocausto e membro do Instituto Brasil-Israel e, que desde os primeiros anos da graduação foi um exemplo a quem sempre tentei seguir os passos.

DEDICATÓRIA

Dedico este breve livro a toda comunidade judaica do Brasil e América Latina; às organizações judaicas juvenis, que não medem esforços na educação e conscientização do público geral, com ênfase nos nossos jovens em relação ao antissemitismo, em especial ao Hashomer Hatzair, que desde 1913 defende a liberdade e autonomia dos judeus na diáspora e na terra de Israel. Dedico também ao Centro Israelita do Rio Grande do Norte, na figura do presidente, o sr. Flávio Hebron, do qual tenho orgulho de ser membro; a todos aqueles que bravamente ofereceram suas vidas em prol do Estado Judaico.

PREFÁCIO

Inicialmente quero dizer que é um honra prefaciara esta obra, parte de uma trilogia que pretende com uma linguagem simples e direta, sem qualquer academicismo, trazer a todos os leitores não habituados ao tema e a complexidade que persegue hebreus e os judeus ao longo de sua trimilenar história e existência enquanto grupo nacional, social, político e religiosamente organizado, mostrando de forma simples e clara fatos importantes da história judaica, que certamente é parte da história da civilização ocidental.

Eu fico a imaginar a brilhante trajetória que este jovem pesquisador de história está a construir. Ao ler esta obra, tenho a certeza de estar defronte de um historiador que conquistará corações e mentes.

É audaciosa a tarefa de pôr em três livros toda a fecunda história da perseguição aos hebreus e posteriormente aos judeus, - a tribo remanescente das doze tribos -, que constituíam a totalidade do povo hebreu.

É fantástica a trajetória desse pequeno povo do Oriente Médio que trouxe ao mundo o monoteísmo, que criou um arcabouço de leis que abrangem várias, se não todos campos da vida humana e que, adotado por outros povos, deu surgimento ao cristianismo e ao islamismo.

O judaísmo se universalizou não apenas pela ação direta do povo judeu, que sempre foi numericamente pequeno, mas pela cristianização do Império Romano e, durante a Idade Média, pela evangelização dos povos germânicos e eslavos, e já na idade moderna, pela conquista das Américas e a evangelização dos seus habitantes. Não estou aqui a defender os meios pelos quais isso foi alcançado, mas apenas comentando essas longas trajetórias. No Oriente Médio e na Ásia, foram os árabes que através do Alcorão e do Islã converteram largas faixas da população asiática, desde a Arábia até os confins das Filipinas e da Indonésia.

A obra que Matheus nos presenteia traz a rota do ódio aos judeus, como ele surge, como se desenvolve até tornar-se o que todos os contemporâneos desse mundo testemunhamos o trágico Holocausto, um inacreditável genocídio organizado e colocado em execução pela mais

civilizada nação europeia em pleno século XX, no qual um terço do povo judeu foi industrialmente aniquilado.

O povo judeu passou em sua longa trajetória histórica por processos de escravidão no Egito Antigo, na Babilônia e em Roma, e por outras inúmeras perseguições, expulsões, proibições até fins século XIX e XX, quando adquiriram em algumas regiões do planeta o status de cidadão.

O longo exílio deste pequeno e bravo povo é a mais triste história deste planeta e da espécie humana, mas mesmo perseguidos os judeus deram e continuam a dar fantásticas contribuições à civilização humana em todos os campos do conhecimento.

E como diz Matheus no final desta obra, sobrevivemos, apesar que nos escravizaram, que nos perseguiram e que nos proibiram de praticar a religião de Abraão e Moisés, nos impuseram viver em guetos, nos obrigaram à conversão forçada, roubaram nossos filhos para serem educados como cristãos e muçulmanos, pois que apesar de tudo, sobrevivemos aos faraós egípcios, aos babilônios, aos gregos, ptolomeus e selêucidas, ao

império dos árabes muçulmanos, aos cristãos europeus e aos nazistas.

Flávio Henriques Hebron

Presidente do Centro Israelita do Rio Grande do Norte

Natal, 20 de fevereiro de 2023

9 de shevat de 5783

INTRODUÇÃO

Toda a história do povo judeu pode ser encontrada nas entrelinhas de grandes impérios e civilizações. Nos mais importantes eventos da humanidade é possível encontrar, por mais escassa que essa possa parecer, a presença judaica. Sejam os soldados judeus que acompanharam Alexandre Magno em sua campanha pela conquista da Ásia em 326 a.e.c., seja na participação da Descoberta da América em 1492, quando na altura o ilustríssimo senhor Dom Isaac Abravanel fora um dos homens que financiaram a expedição de Cristóvão Colombo ao Novo Mundo. Os judeus sempre influenciavam e deixavam suas marcas por onde quer que passassem, o que gerou ressentimento e ódio ao povo hebreu, que desde os tempos mais remotos se vê entre calúnias e perseguições daqueles que desejam o seu fim.

Neste livro nos propomos a abordar o recorte histórico que vai desde 1200 a.e.c. até o ano 200 da nossa era, utilizando para isso autores clássicos, como Flávio Josefo, Fílon de Alexandria, Dio Cássio, Juvenal,

Tácito, Sêneca e outros, assim como pesquisadores atuais, como é o caso de Esteban N. Veghazi (1974), Ezra Y. Haddad (1972), Fátima Aguayo Hidalgo (2022) e Tatiana José Rodrigues Faria (2010).

Algum leitor da bíblia poderia facilmente, se acaso fosse indagado sobre o primeiro ato antissemita, alegar que ele se encontra no êxodo do Egito, na altura que Faraó mandou exterminar todos os meninos hebreus nascidos naquela época. Sensata seria essa resposta, ainda que represente uma ação mais política do que necessariamente de cunho estritamente pessoal. Ao fazê-lo, Faraó não tem em mente o extermínio da nação hebraica, nem o faz motivado por ódio ou inveja, mas por convicção política. Por mais terrível que esse ato demonstre ser, não o consideramos o primeiro movimento de ódio aos judeus.

O termo “antissemita” foi cunhado em 1878 pelo judeu alemão Wilhelm Marr, significando uma disposição hostil à cultura e etnia semítica, entretanto, hoje é geralmente atribuída ao ódio aos judeus e seus costumes. Tomando essa definição como a mais apropriada, podemos afirmar que por mais que houvesse

demonstração de ódio e perseguição contra os judeus, não houve um caso de antissemitismo institucional explícito antes do ano 38 e.c. Para isso, propomos uma análise dos movimentos de ódio aos judeus durante as épocas, a fim de compreender quando se instaurou uma perseguição metódica e abertamente antijudaica.

Os eventos começam a mudar a partir do ano de 330 a.e.c., quando Alexandre Magno, o jovem conquistador macedônico, atravessa o helesponto e conquista o poderoso império persa. Destronando Dario III, ele se proclama rei da Ásia, no momento que também se deixa coroar Faraó do Egito e Xá da Pérsia. Por um breve momento na história, o mundo parecia poder ser governado por apenas um homem.

Ao fazê-lo, Alexandre espalha a cultura grega por todo o império, da Grécia à Judeia, do Egito à misteriosa Índia, possibilitando, assim, a cultura helenística: o fruto da razão e da filosofia helênica com o misticismo e mistérios orientais. O próprio jovem Alexandre era simpático aos judeus, teoria comprovada durante a campanha da Ásia. Quando o rei macedônico, destronando uma força militar enviada por Dario III,

chega a Jerusalém e é recebido como libertador, se conta que ao ver as falanges macedônicas se aproximarem, os portões foram abertos a fim de evitar o sítio da cidade. O Sumo Sacerdote do Templo foi ao encontro do jovem Alexandre que, ao vê-lo, se prostrou em respeito ao sacerdote. Depois disso, teria ido Alexandre ao templo a fim de fazer sacrifícios ao Deus de Israel.

As coisas realmente começam a mudar quando Alexandre, misteriosamente, morre na Babilônia em 323 a.e.c.¹ Ele contava apenas trinta e dois anos. A morte prematura do conquistador levou à repartição do seu imenso império: Ptolomeu I Sóter, um dos seus companheiros, assumiu como Sátrapa do Egito, mas logo se recusou a pagar tributos ao rei macedônico e edificou a dinastia ptolomaica no Egito, da qual descende a rainha Cleópatra. Outro companheiro de Alexandre, Seleuco I Nicátor, fundou o reino dos selêucidas, o qual dominou a Síria, Mesopotâmia e Ásia Menor. A antiga Palestina, local onde vivia a maior parte dos judeus, se encontrava em uma situação difícil: seu território, por sempre ter

¹ A pesquisadora neozelandesa Katherine Hall aponta em uma pesquisa recente que Alexandre poderia ter sofrido de guillain barré, o que explicaria a demora para que seu corpo começasse a se decompor.

sido a passagem entre a África e a Ásia, foi motivo de inúmeros conflitos entre ptolomeus e selêucidas.

De início, a cidade de Jerusalém e o seu povo ficaram sob a jurisdição dos egípcios ptolomaicos, os quais lhe concediam total liberdade religiosa e de culto, assim como fez Alexandre. Em pouco tempo, era possível encontrar judeus nas maiores cidades do Egito, e Alexandria tornou-se o centro do mundo judaico na África. Em 199 a.e.c., após escaramuças entre os dois impérios, Jerusalém estava sob olhares atentos dos selêucidas, que de início mantiveram os direitos e liberdades religiosas dos judeus. Todavia, algo começou a mudar quando o rei Antíoco III faleceu em 187 a.e.c. Em seu lugar foi coroado Seleuco IV e este começou a cobrar altos impostos aos judeus, a fim de cobrir um déficit no tesouro real, o que causou a insatisfação dos seus súditos judeus. Uma cena ainda mais dramática se mostrou quando Antíoco IV Epifânio subiu ao trono em 175 a.e.c. Convencido de que a cultura grega era superior a dos povos conquistados, deu ordens para a helenização forçada dos judeus, proibindo-os de praticar sua fé e os privando do culto no Templo. A consequência

disto foi a revolta dos Macabeus em 166 a.e.c., que logrou a independência política dos judeus sob o reinado de uma nova casa real: a dinastia dos Hasmoneus.

Na altura destes eventos, já se podia achar inúmeras comunidades judaicas espalhadas pelo mundo, de Jerusalém à Babilônia. Nesta última, os judeus exilados estiveram primeiro sob o jugo grego e depois, persa, para, em seguida, serem governados pelos partas. Somos levados a pensar que esses povos tiveram boas relações com os judeus, respeitando seus credos e dando-lhes liberdade de culto, embora o livro de Ester nos convença do contrário. Verdade é que na Babilônia os judeus experimentaram um choque cultural enorme que os incentivou a escrever a sua tradição oral, o Talmud Bavli, um testemunho da independência intelectual que os judeus desfrutavam naquela cidade cravada no coração da Mesopotâmia.

Nas misteriosas terras do Egito, é possível datar a presença judaica anterior à campanha Alexandrina até, pelo menos, o reinado de Cambises II no século VII a.e.c., quando o imperador persa anexou o Egito ao Império Aquemênida em 525 a.e.c. Há registros de que

Cambises II utilizou os judeus como a primeira fronteira dos seus domínios. A vivência judaica parece ter sido tão intensa que chegaram até a construir um templo na ilha de Elefantina. Documentos encontrados no local testemunham acerca da relação íntima dos judeus exilados e seus compatriotas na longínqua Palestina. Estes, que estavam nas terras do Egito, se mantiveram observantes e fiéis à lei mosaica, não deixando de celebrar as festas e mantendo sua identidade. Sua persistência em preservar sua cultura era tão forte que a população local, colérica e inflamada pelos sacerdotes egípcios, atacou e destruiu o templo de Elefantina, o qual foi reerguido pelo sátrapa persa da ilha em 409 a.e.c.

O conquistador Macedônio e seus sucessores promoveram a radicação dos judeus que viviam no Egito, especialmente em Alexandria, no delta do Nilo, que chegou a contar, segundo testemunhas da época, com mais de 300.000 judeus. Estes rapidamente tentaram se adaptar à vida na cidade, adotando as vestimentas e língua corrente. Por esquecerem o hebraico, mandaram traduzir a bíblia para o grego, conseguindo, desta forma, manter sua identidade e

costumes em meio ao monopólio helenístico. Eram, em sua grande maioria, artesãos e comerciantes, alguns chegando realmente a enriquecer. Se encontravam separados do resto da população de Alexandria, vivendo em áreas destinadas e afastadas do centro, ainda que representassem um terço da população da cidade. É desconhecido se isso ocorreu por vontade própria ou com uso da força. Essa combinação de recusa à assimilação e acúmulo de bens levou a um dos primeiros casos documentais de um ato explicitamente antissemita: os comerciantes gregos e egípcios, insatisfeitos com os privilégios dos judeus, inventaram falsas acusações; mitos que persistem até os tempos atuais e que já na altura promoveram uma profunda atmosfera antijudaica.

Todavia, os reinados dos alunos de Alexandre caminhavam para seu fim, quando no século III a.e.c. Roma começa a expandir seu território e poder, influenciando os reinos helenísticos no Oriente Próximo. Em pouco tempo, os romanos subjugarão os gregos, obrigando-os a aceitar a sua supremacia. Embora ainda mantivessem Estados livres, agora eram súditos do poderio romano. Entre esses diversos reinos orientais se

encontrava em Israel a jovem dinastia dos hasmoneus, estes já fragilizados por conflitos internos e descredibilizados por não descenderem do Rei David. O reino judeu se transforma primeiro em protetorado para, em seguida, se tornar província, onde, teoricamente, era respeitada a autonomia interna judia, todavia, Roma intervinha desde a época da rainha Salomé Alexandra (139 - 67 a.e.c.), quando apoiou Hircano para sumo sacerdote, em detrimento a Aristóbulo. Uma série de acontecimentos posteriores levaria à conseqüente destruição do templo no ano 70 e.c. e o desmoronamento da frágil independência israelita em sua terra. O que já era terrível, agravou-se ainda mais quando Roma proibiu o culto e o ensino da bíblia, o que levou à rebelião liderada por Bar Kochba e à execução do rabino Akiva.

Esse movimento romano pode ser compreendido no âmbito político. Os israelitas na Judeia tinham um tratamento diferente daqueles que habitavam outras partes do império. Em 161 a.e.c., aos judeus foi concedido o status de *pellegrini*, o que lhes garantiu o direito de viver segundo suas próprias leis e costumes. Já em 100 a.e.c., novos privilégios foram concedidos aos

judeus e renovados posteriormente pelo ditador Júlio César, querendo talvez seguir os passos de seu herói, Alexandre. Na época de César, a prática do judaísmo era lícita e legal em toda extensão do território. De acordo com Veghazi (1974), Roma, até o aparecimento do cristianismo como culto oficial, não conhecia a intolerância religiosa. Por mais que julgassem o judaísmo como bárbaro e tribal, a vida religiosa e espiritual dos judeus era respeitada, fosse na longínqua Judeia, fosse em qualquer parte do império. A estes exilados era permitido o envio de dinheiro para manutenção dos serviços religiosos no Templo. O número de almas judias contava nessa altura cinco milhões.

É nesse contexto que a aplicação mais rígida das leis mosaicas se faz necessária, especialmente daquelas que tratavam sobre casamento e a relação com os demais povos. A ideia de que o convívio com outros povos os afastaram de Deus naturalmente os afastou de uma assimilação completa. Vendo a insistência em determinar sua cultura como "tribal", os outros povos se puseram a vê-los como eternos estrangeiros.

Movidos por um manifestado destino histórico de não se deixarem dissolver e assimilar pelos povos mais poderosos, os judeus não procuravam apenas sobreviver em um mundo eternamente estranho, mas viver segundo sua crença e isso significava viver no seio de sua comunidade. Por todos os lugares onde habitavam, se mantinham zelosos e observantes do shabat e se esforçavam para preservar a língua hebraica, ainda que não obtivessem total êxito.

Desta maneira, cada judeu era responsável por outro. Se enraizou em sua sociedade o sentido vigoroso de irmandade para com seus irmãos, ainda que estes viessem dos confins da Terra, pois o cumprimento das leis mosaicas significava não apenas uma satisfação espiritual, mas uma ação profundamente prática: era um meio de cimentar a unidade àquilo que os unia. Convictos do que eram, não se importavam ao ver os outros povos os considerarem primeiro judeus e depois - quando acontecia de os considerarem -, cidadãos. Dessa época à frente não podemos falar em um idioma comum às várias comunidades judaicas espalhadas pelo mundo: o hebraico havia sido esquecido, assim também como

não havia uma cultura única. Todavia, o apego à tradição, apesar das peculiaridades, foi a força que os susteve em sua luta contra a assimilação.

É impossível argumentar acerca do grave problema que é o antissemitismo, desprezando a dialética dos processos históricos de cada contexto. Os judeus não eram os únicos a sofrer perseguições no mundo antigo: na medida que o mundo vai se descobrindo e outros povos e culturas se relacionando, o ódio a estes costumes estrangeiros se reforça. Em um movimento cultural, as sociedades se definem pela antítese dos outros povos e os livros de histórias nos ensinam que sempre quando surge uma nova potência, se cria um sentimento de desconfiança e animosidade. Portanto, o antissemitismo sempre reflete a sociedade de sua época, mas o que todas estas têm em comum é que não se tratam de um ressentimento lógico ou racional, mas um problema causado por paixões irracionais. Não há registro de uma ocorrência antissemita global, isto é, que alcançou todas as comunidades israelitas do mundo ao mesmo tempo, mas sim há registros de calúnias

suscitadas há mais de dois mil anos que persistem em ressurgir no momento específico.

CAPÍTULO I: AS FONTES

OS JUDEUS NA LITERATURA

Os acusadores e caluniadores do povo judeu no Mundo Antigo eram, senão os primeiros entre os primeiros, os mais cultos e letrados: políticos, gramáticos, filósofos, demagogos e historiadores, todavia, o que todos esses tinham em comum era que, na verdade, conheciam muito pouco acerca dos judeus e de sua cultura. Pouquíssimos desses escritores e intelectuais conheciam os textos bíblicos, tampouco as demais obras judaicas como Talmud e afins. Partiam da superficialidade e, muitas vezes, apenas repetiam as acusações que já vinham escutando de seus predecessores, complementando as calúnias de acordo com sua necessidade ou interesse momentâneo.

Os primeiros textos e pesquisas que versam sobre os judeus não relatam nenhum tipo de violência física ou simbólica, mas uma curiosidade genuína. A ignorância acerca da cultura hebraica levou a pensamentos e ideias rasas: alguns autores comparam e confundem o pensamento judaico com as filosofias hindus e com os pensamentos de sábios orientais. Ainda que não

estivessem de todo errado, não sabiam distinguir o que era o modo de vivência mosaico, muitas vezes tratando-os com simpatia e compreensão (ou uma tentativa de fazê-lo), com exceção do acontecimento relatado no livro de Ester, quando os judeus persas se viram frente a catástrofe, e no livro apócrifo dos Macabeus, na altura que Antíoco IV Epifânio tentou destruir a cultura judaica e substituí-la pela helenística, não encontramos nenhum tipo de literatura hostil aos judeus em qualquer parte do mundo.

OS PRIMEIROS REGISTROS MALDOSOS

As primeiras calúnias contra os judeus se encontram no período helenístico e de autoria dos gregos, que se dividiram em dois grupos, a saber: os egípcios helenizados e os gregos sírios selêucidas. O primeiro deles, isto é, dos egípcios, se esforçou para deslegitimar a história hebraica e difamar o relato do êxodo, apresentando os protagonistas da saída do Egito como criminosos e leprosos que foram expulsos do Egito pela autoridade faraônica. O primeiro a “descrever” essa expulsão foi o grego Hecateu de Abdera (séc. IV a.e.c.),

que abriu uma nova era na área da etnografia, assim fez muito tempos antes Tucídides com a historiografia.

Hecateu foi, talvez, o primeiro autor de língua grega a escrever um significativo relato sobre os judeus, ainda que tal obra apresente uma série de deficiências. Seu trabalho data do período helenístico; sua produção mais relevante foi *Aegyptiaka*, preservada em citação na *Bibliotheca* de Diodoro Sículo.

Esse relato sobre os judeus, embora tenha núcleos de verdade, apresenta quatro equívocos notáveis: Hecateu relata que na altura da chegada dos judeus a Canaã, esta se encontrava desabitada (40.3.2); afirma que o construtor da cidade de Jerusalém e do Templo teria sido o próprio Moisés (40.3.3); que Moisés entregou a *Lei* depois de ter conquistado e dividido o povo em doze tribos (40.3.3) e o mais surpreende: que os judeus nunca tiveram um rei (40.3.5).

Mesmo com essas falhas, Hecateu demonstra ter um conhecimento mínimo de cultura e história hebraica, as quais manipulou e adaptou, como no trecho que trata do êxodo bíblico, colocando os judeus como expulsos pelo Faraó.

O pensador grego também parece não perceber bem a religiosidade dos judeus, ainda que se esforce: apesar de enfatizar o fato de que os israelitas não adoram imagens e sua concepção de Deus como ser incorpóreo, ele faz crer que os judeus cultuam o céu. Certamente a percepção de um Deus único e não humano era de difícil compreensão para os gregos, acostumados com o antropomorfismo de seus deuses.

É possível que esse pensamento de que os judeus adoram aos céus se dê pela percepção dos próprios judeus de evitarem proferir o nome de Deus em vão. A expressão “Deus dos céus” também aparece no decreto de Ciro e no *Papiro de Elephantine*.

Também se pode notar a ausência de três pontos importantes da cultura hebraica: o primeiro é que Hecateu não cita a prática da circuncisão, ainda que, como aponta SCHWARTZ, 2003, p. 186, os escritores gentios demonstrem particulares interesses pela prática, o que se torna ainda mais estranho quando se pensa que o ato de circuncisão é uma marca identitária dos judeus e que tornou-se ainda mais forte após a revolta macabeia,

portanto, somos levados a crer que ou Hecateu ignorava esse fato ou o omitiu propositalmente.

A segunda omissão é acerca do *Shabbat*, o que é ainda mais estranho por ser outra marca identitária dos israelitas, e certamente Hecateu conhecia essa prática, pois era conhecido por todos que os judeus evitavam guerrear nesse dia, o que mostrou ser um grande problema, pois Ptolomeu I conquistou Jerusalém auxiliado pela falta de desejo de combate no sábado por parte dos judeus sitiados. Apenas com Matatias durante a revolta dos macabeus que os judeus começaram a se defender no sábado, ainda que evitassem ao máximo.

A terceira ausência é que Hecateu afirma que os judeus não possuíam reis (40.3.5). Esse fato se dá, segundo alguns, porque teria o autor grego se informado com judeus egípcios, críticos do reinado Hasmoneus, por estes não descenderem da linhagem de Davi. Porém, é mais provável que essa conclusão seja fruto de uma dedução lógica do próprio Hecateu: ao relatar como os judeus estratificavam sua sociedade, o autor destaca o sumo-sacerdote, para o qual os israelitas se prostavam até o chão (uma prática oriental que os gregos

desaprovavam). Isso pode ter levado Hecateu a imaginar os judeus como um povo teocrático.

Portanto, esse pequeno estudo acerca da produção de Hecateu de Abdera serve a essa obra como testemunho de que os autores gregos que os acusavam e caluniavam desconheciam aspectos mais profundos de sua religiosidade, assim como tinham poucas informações sobre seu modo de vida.

Já os seleúcidas buscavam de toda maneira explicar e justificar as hostilidades praticadas pelo rei grego contra os judeus dando ênfase de que os reais motivos foram políticos e de cunho ético: os gregos acusavam os judeus de praticarem rituais humanos dentro do Templo de Jerusalém e de adorarem a um jumento.

O mais infame de todos os antissemitas é, sem dúvida, Ápion de Alexandria, um egípcio helenizado, filósofo e diretor da biblioteca de Alexandria. Responsável por uma extensa lista cronológica dos reis e dinastias egípcias endossadas por contos populares e de veracidade duvidosa, ele reforça a ideia herdada de Maneton da impureza dos judeus, os identificando com

os hicsos de Avaris, e Moisés como Osarseph, sacerdote de Heliópolis.

Ápion também apresenta as ideias de Apolônio Mólou (século II a.e.c.), que acusa os judeus de serem irreligiosos, contra as leis e normas reais e incapazes de fazer qualquer trabalho útil, colocando-os como uma espécie de parasita que deveria ser extirpada. Outro acusador antigo foi Posidônio, o filósofo estoico que em suas obras ataca os judeus, criticando os pilares da fé hebraica: o monoteísmo inédito; o descanso do sábado, os acusando de serem preguiçosos e se ocuparem com coisas banais; a falta de ídolos e seus lugares religiosos; exagerada superstição.

O historiador Diodoro Sículo (c. 90-30 a.e.c.), contemporâneo de Júlio César, destacou que os judeus sempre viveram separados e faziam questão de não se importar com a política nas cidades onde viviam. Até o historiador Estrabão (c. 63 - 23 e.c.) critica o modo de vida dos judeus nos reinos por onde passavam, afirmando que os israelitas mantinham um sistema jurídico próprio, governados pelo que ele chama de etnarca de suas próprias fileiras.

Contudo, Ápion de Alexandria foi destes o pior e mais assíduo antissemita de sua época. Recorrendo às mentiras proferidas há centenas de anos, agregava novas acusações contra os judeus e, por suas ações, pode ser considerado o primeiro antissemita tendencioso, difundindo ideias dos seus antecessores, especialmente as calúnias de Maneton, um sacerdote egípcio que, assim como ele, enxergava os judeus como os males reais do Egito. Alegava que os judeus eram, a princípio, súditos do Faraó Amenófis que chegaram até o Khemet por ajuda de homens vindos de Jerusalém, mas que posteriormente foram expulsos do império pelo faraó Ramsés, o Grande.

Outra acusação era de que os judeus não eram tão antigos como sua tradição os mostrava ao mundo; para Ápion, os judeus se estabeleceram como nação na época das guerras púnicas, chegaram a Alexandria por meios não lícitos e poluíram a cidade com suas ideias e comportamentos impróprios. Acusa, ainda, os judeus de exagerarem nos sacrifícios com animais, de sustentarem regras de alimentação irracionais e práticas autodestrutivas como a *brit milá* (circuncisão).

Hermasaico, no século II, se queixava da proximidade do imperador romano Trajano com os judeus que frequentavam a corte: *“Me dói ver que vosso conselho privado está cheio de judeus”*.

Os poetas romanos Horácio (65-8 a.e.c.) e Juvenal (43-125 a.e.c.) ridicularizaram os judeus convertidos em sátiras de mal gosto. Valério Máximo (século I) acusou os judeus em Roma de destruir a religião tradicional do estado ao introduzir um novo culto. Sêneca (2-65 e.c.), além de acusar os judeus de preguiçosos, os chamou de “povo perverso”. O orador mais famoso de Roma, Cícero (106-43 a.e.c.), quando defendia Flaco quando este fora preso por Calígula (12-41 e.c.), acusou os judeus de interferência nas políticas e no bem-estar do Império. Tácito (55-120 a.e.c.) reforçou a ideia de que os judeus viviam separados dos outros povos e, voluntariamente, adotaram espaços privados. Os judeus representavam um problema iminente: com sua concepção messiânica e de redenção através de um rei, os judeus ameaçavam a manutenção do Império Romano e, por isso, precisavam ser perseguidos e massacrados.

CAPÍTULO II: AS PRIMEIRAS MANIFESTAÇÕES

A GÊNESE DO ÓDIO AOS JUDEUS

O primeiro relato bíblico de extermínio dos hebreus é contado no livro do êxodo. Após os filhos de Israel se estabelecerem na terra do Egito e se fixarem em Gósen, no Delta do Nilo, começam a se multiplicar e aumentar sua população. Se levanta então um Faraó que desconhecia José e, por motivos políticos, ordena que todos os meninos recém-nascidos sejam mortos. O pequeno Moisés é então colocado em um cesto e deixado à correnteza do Nilo, até ser encontrado pela princesa egípcia.² Apesar de evidentemente ser um ato de extrema crueldade, não se pode classificar como um ódio particular de Faraó, senão um estratagema para garantir a manutenção de seu poder régio sob o alto e o baixo Egito.

Moisés entra para a história como o legislador que deu início a uma fé organizada e estruturada, que paulatinamente foi ganhando explicações e profundidade simbólica pelos profetas e depois, pelos grandes sábios de incontáveis gerações. É possível que o maior legado

² Êxodo 2: 3-10.

desse povo tenha sido o inédito monoteísmo em meio ao mundo idólatra e com um extenso panteão de divindades. Enquanto os outros povos solucionavam suas questões simbólicas com endeusamento de pessoas ricas e poderosas (muitas vezes, o próprio monarca, como é o caso do Faraó), ou através da sacralização de animais, ou a abstração de fenômenos naturais, os hebreus consideravam Deus como única fonte de poder, o motor primeiro da humanidade. Consideravam a si próprios como uma nação à parte dos outros povos. Como eleitos, estavam destinados a cumprir uma vocação e, por esta crença, não se importavam em viver afastados dos demais povos. Essa ideia de povo eleito foi fundamental e necessária para a luta contra o seu desaparecimento e assimilação, mesmo entre os grandes impérios e cidades.

NO EXÍLIO BABILÔNICO

Podemos apontar poucas certezas acerca do povo judeu, mas uma delas, certamente, é de que desde tempos remotos os judeus na diáspora procuravam se

agrupar em grandes cidades. Isto se deu por uma necessidade e oportunidades econômicas e sociais, assim como, sem dúvida, pela maior segurança que uma metrópole oferece: poderiam se juntar e enfrentar qualquer atentado antissemita. Graças a isso, desde cedo podemos encontrar judeus em profissões necessariamente ligadas à cidade. Comumente, os achamos em todas as manufaturas à época, com destaque para tintura e tecelagem, as quais, em certa altura, chegaram a monopolizar. Em menor medida, também se destacaram na arte da metalurgia e vidraçaria. Especificamente no Egito e na Anatólia, o mais comum era encontrar os judeus como colonos agrícolas. Depois, quando privados de outras profissões, os judeus se converteram em comerciantes e prestamistas a juros, algo que só era possível em cidades.

Este costume e predileção às cidades talvez tenha se firmado - junto com muitas das histórias bíblicas - no exílio babilônico. A comunidade judaica de Babel remonta a dois mil e quinhentos anos e por mais de cem gerações manteve o seu espírito e identidade nacional. Os primeiros registros de presença judaica na região

datam de dez anos antes da destruição do templo, na altura que o rei babilônico Nabucodonosor, o Grande (605-562 a.e.c.), arrasou o exército israelita e levou cativo Joaquim³, décimo oitavo rei de Judá, junto com a corte e outros notáveis.

A segunda e maior onda se deu dez anos após, durante o reinado de Zedequias. Em 586 a.e.c., Nabucodonosor II destruiu o Templo de Jerusalém e exilou a maioria do povo. Desta maneira, foi se estabelecendo em um dos afluentes do Eufrates a mais importante comunidade judaica na diáspora. Se acomodando ao Norte e a Oeste junto ao rio Kvar, se estabeleceram em centros como Tel Aviv (Colina das Primaveras) e ali os sábios e chefes espirituais se colocaram a indagar questões religiosas e de ordem social. Na Babilônia, os judeus tiveram uma experiência jamais vista: o choque cultural de encontrar distintos povos, culturas e idiomas desconhecidos. Provavelmente a história da *Torre de Babel*⁴ foi escrita nesse período: um jeito prático de explicar a existência de tantas línguas

³ II Reis, 24, 14-15.

⁴ Gênesis 11: 1-9.

próximas entre si. O conhecimento de outras histórias e tradições estrangeiras colaborou para o desejo judaico de escrever a tradição em rolos, a fim de preservar sua cultura e salvá-la de interferência ou esquecimento.

Embora estivessem exilados, nunca se esqueceram da sua pátria. Numa profunda convicção, escreveram: “*Se eu me esquecer de ti, Jerusalém, esqueça-se minha direita a sua destra*”⁵. Um juramento de fidelidade à sua terra e uma esperança sempre renovada de redenção. Não podendo retornar de imediato, adaptaram-se à nova vida longe da terra. Na Babilônia, surgiram as primeiras sinagogas; incapazes de fazer os sacrifícios tradicionais, os substituíram por rezas, contudo, não deixaram se apagar a memória viva do Templo. Construíam as sinagogas e rezavam voltados à cidade de Davi. Jerusalém sempre estava presente.

A liberdade religiosa que gozavam era tamanha que Babilônia também foi o lugar - ainda que anos mais tarde - da criação e compilação do Talmud Bavli, uma série de discussões rabínicas acerca de temas religiosos, litúrgicos e de caráter ético-filosófico e social. Tempos

⁵ Salmo 137:6.

depois, já na época helenística foi instituído um chefe religioso denominado *Rosh Golá* (cabeça da diáspora) como representante máximo dos judeus exilados.

O exílio terminou para parte do povo quando Ciro, rei da Pérsia, conquistou a famosa cidade de Babel e, em 538 a.e.c., emitiu o famoso decreto que permitia aos judeus regressarem à cidade de David, a fim de reconstruir seu estado e levantar o Templo pela segunda vez.⁶

“E no primeiro ano de Ciro, rei da Pérsia, despertou Deus o espírito de Ciro, rei da Pérsia, o qual fez passar pregão por todo o seu reino, como também por escrito dizendo: Assim diz Ciro, rei da Pérsia [...] O Senhor Deus do céu me deu todos os reinos da terra, e me encarregou de lhe edificar uma casa em Jerusalém, que está em Judá”.
(Esdras 1: 1-2).

As profecias redentoras se cumpriram, entretanto, apenas cerca de 40 mil judeus regressaram a Jerusalém. Entre eles estava Esdras, o escriba que transcreveu a Torá e, junto a Neemias, reconstruiu o Templo, menor

⁶ Isaías 45: 1.

em dimensões quando comparado ao primeiro, mas ainda um símbolo de vitória que irritou seus vizinhos.

O livro de Neemias relata como a reconstrução do santuário e a reconstrução do Estado hebreu na região despertou o ódio de Sambalate, dirigente samaritano e oficial do Império Aquemênida.

NO IMPÉRIO AQUEMÊNIDA

O Império Persa se estendia desde a Anatólia até a Índia, sendo, portanto, o maior império que o mundo já viu até aquele momento, e é justamente nesse poderoso império que encontramos o primeiro relato de antissemitismo que oculta as suas verdadeiras razões. Esta narrativa é apresentada no Livro de Ester (século V a.e.c.), quando o rei dos reis Achashverosh (Assuero ou Artaxerxes) havia enaltecido e engrandecido um de seus ministros: o odioso Haman. Todos os súditos do monarca persa dentro e fora do palácio se inclinavam em sinal de respeito e submissão ante o ministro real, exceto o velho judeu Mordechai, que se recusava a se humilhar desta maneira. Os demais súditos dos mais diversos povos, ao

vê-lo se recusar a se prostrar frente Haman, o denunciaram. Sem demora, Hamã procurou saber a qual povo o ultrajante pertencia. Quando tomou ciência de que era judeu, pois em prática um plano para exterminá-los de todo o império persa em todas suas sátrapas. Dois motivos levaram Hamã à perseguição contra os judeus: a primeira era de cunho estritamente pessoal: Mordechai o expõe ao ridículo ao recusar-se a venerá-lo; e uma outra motivação obscura: desejava ele se apoderar dos bens e riquezas dos judeus. Todavia, era vergonhoso e não louvável que um ministro real expressasse tanto orgulho e cobiça, portanto, Hamã procurou um pretexto e este talvez tenha sido o precursor e exemplo de antissemitismo, ainda que não explícito. Para tal, Hamã propaga as primeiras mentiras e falsas acusações frente ao monarca persa:

“E Hamã disse ao rei Achashverosh: existe espalhado e dividido entre os povos em todas as províncias do teu reino um povo, cujas leis são diferentes das leis de todos os povos, e que não cumpre as leis do rei; por isso não convém ao rei deixá-lo ficar [...] Se bem parecer ao rei, decrete-se que os matem;

e eu porei nas mãos dos que fizeram a obra dez mil talentos de prata, para que entrem nos tesouros do rei”. (Ester: 3: 8-9).

Segundo a história bíblica, o povo judeu escapa da morte certa quando a rainha Ester (Hadassa) se revela ao rei Achashverosh como judia, implorando por misericórdia; o rei se deixa persuadir pela beleza jovial de Ester, concedendo então o direito de defesa aos judeus, que se levantam e matam os seus perseguidores. Apesar de escaparem ao massacre, o fato de Ester ter ocultado a sua verdadeira origem nos faz acreditar que a vida dos judeus, pelo menos em algumas sátrapas da Pérsia, não era segura. Além de que algumas fontes helenísticas afirmam que os persas consideravam os judeus a fonte de muitas perturbações políticas. Todavia, os pogroms e perseguições à comunidade judaica na diáspora se agravariam mesmo alguns séculos depois, já no mundo helenístico.

NO MUNDO HELENÍSTICO

A imigração judaica para o Egito começou há muito tempo e lá foi se formando uma grande

comunidade organizada. Chegaram a cidades populosas, especialmente a Alexandria, onde se fixaram em bairros próximos ao mar, o que facilitava o comércio e a navegação com os portos do Oriente Próximo. Dos gregos, aprenderam a arte do artesanato, deixaram-se apaixonar pela filosofia e poesia clássica e produziram filhos híbridos, como o grande neoplatônico Fílon de Alexandria, que escreveu obras interpretando a Bíblia através de uma ótica platônica, que em pouco tempo seria uma voz forte contra a perseguição judaica que se agravaria na cidade de Alexandria.

Com a ascensão da dinastia ptolomaica no Egito, Alexandria supera Babel e se torna o centro espiritual judaico de todo o mundo. Naquela cidade situada no Delta do Nilo se construiu uma sinagoga tão grande e maravilhosa que o hazan orientava o serviço litúrgico com auxílio de bandeiras. Dada a grandeza desse templo, é razoável supor que a condição socioeconômica dos judeus egípcios começou a melhorar e isso logo causou a fúria dos demais povos que viviam na cidade. O primeiro distúrbio vindo do Egito aconteceu por volta de 230 a.e.c., quando o Faraó Ptolomeu VIII Fiscão se

aborreceu com judeus pelo apoio dado à sua rival ao trono real, Cleopatra II. Ptolomeu então amontoou todos os judeus de Alexandria a fim de serem pisoteados por gigantescos elefantes, porém os animais acabaram causando mais danos aos próprios soldados egípcios do que aos judeus. Este foi o primeiro movimento de uma série de perseguições políticas motivadas de início por questões religiosas: ao povo judeu eram concedidos inúmeros privilégios, cujo resultado fora o desgosto dos reis ptolomaicos.

O terceiro livro dos macabeus é uma preciosa fonte acerca desse momento. Os autores descrevem como os judeus da cidade tiveram que se desfazer de todos os seus bens e fortunas a fim de escapar à escravidão. Em bairros afastados, eles viviam como degredados: escondidos e privados de seus direitos. Não podemos assegurar que a perseguição se deu por mãos egípcias ou helenas, mas podemos assegurar que os próximos anos seriam difíceis para a enorme comunidade judaica de Alexandria. Cento e trinta anos depois, Ptolomeu IX Látiro ocupou partes da Palestina e capturou muitos dos judeus, reduzindo-os ao degredo.

CAPÍTULO III: ACUSAÇÕES E CALÚNIAS

NAS GARRAS DOS SELÊUCIDAS

Com a repentina morte de Alexandre Magno e a partição do império pelos seus generais, a terra de Israel ficou, a princípio, sob jugo do Egito e da dinastia ptolomaica. Porém, por se tratar de uma importante região estratégica que conectava o reino egípcio e os reinos orientais, além de ser uma crucial rota comercial, os gregos sírios do império selêucida ocuparam e incorporaram a Judeia ao seu império. De início, os judeus podiam gozar de liberdade religiosa e espiritual, e assim viveram até a morte do rei Antíoco III (187 a.e.c.), quando subiu ao trono Seleuco IV Filopátor, que usou os judeus para cobrir um enorme déficit financeiro ao tesouro real, para isso aumentando impostos, criando taxas e todo tipo de extorsão econômica. Todavia, o pior ainda estava por vir: em 187 a.e.c., foi coroado Antíoco IV, chamado Epifanes. Desprezando a cultura mosaica, sancionou leis especiais na Judeia, as quais diziam que todo judeu deveria abandonar sua religião e abraçar a cultura grega. Julgando os judeus preguiçosos por descansarem um dia na semana, Antíoco proibiu a observância do shabat e proibiu o culto ao Deus de

Israel, o que enfureceu os judeus na terra santa. Não obstante, por achar que a circuncisão era algo abominável, visto que os gregos cultuavam o corpo humano - *que obra de arte é o homem* -, proibiu a prática milenar. A resposta judaica foi uma rebelião vinda da pequena cidade de Modi'in contra o maior exército do mundo. Antíoco invade a cidade e profana Templo, rouba todos os objetos de ouro e prata e ao sair do santuário relata a primeira calúnia contra a religião judaica: diz ter visto uma enorme estátua de mármore representando um homem montado sobre um asno trazendo nas mãos um livro. O Rei grego pronunciou: *“esse é o Deus dos judeus, a essa estátua se venera”*. Não satisfeito, proclamou mais uma mentira ao afirmar que quando adentrava o templo ouviu a voz de um grego que clamava por socorro. Afirmava ele que esse homem fora capturado e encarcerado para ser morto em um sacrifício ao Deus de Israel, e com isso voltou todo o ódio dos gregos aos judeus.

ROMA ENTRA EM CENA

O primeiro contato oficial entre o senado romano e os judeus se deu com o pacto de *Brit Ahavá v'Shalom*, firmado na época de Yehuda Makabi e renovado anos depois com a imposição do tratado com a dinastia dos Hasmoneus em 63 a.e.c., o que colocou a Judeia sobre a proteção romana. Este acordo se renovava de tempos em tempos, ainda que não houvesse garantias de que os romanos cumpririam seu papel. De início a situação parecia favorável aos judeus; ter a proteção das legiões romanas em suas fronteiras evitou a guerra contra inimigos históricos, como os filisteus e os antigos cananeus, todavia, essa relação começou a mudar quando os romanos perceberam que, ao contrário dos outros povos sob seu jugo, os judeus não se "romanizaram", isto é, não se esforçaram em absorver a cultura latina, pelo contrário, mantiveram orgulhosamente a sua cultura e costumes, ainda que estes fossem vistos como tribais e pouco civilizados pelos romanos. Frente a essa situação, o senado romano começou a impor medidas de segurança cada vez mais

duras a fim de sufocar qualquer revolta interna ou desejo de independência total.

Vale ressaltar que desde o início do contato os romanos souberam distinguir aqueles judeus que ainda habitavam a terra ancestral e a cidade de David daqueles outros milhares de judeus que viviam no exílio desde a época de Nabucodonosor e estavam dispersos por todo o império. Por se observar essa diferença, discrepante também foi o trato dos romanos para com eles: os judeus na Judeia sofriam mais do que seus irmãos na diáspora e não por razões religiosas ou sociais, mas inteiramente políticas: Roma temia que da Judeia pudesse nascer um líder judeu que desafiasse a autoridade romana na região, portanto, a fim de garantir a manutenção de seu poder na Judeia, o senado sempre impunha mais severidade aos judeus em sua pátria.

Quando o general Júlio César destronou seu rival e antigo aliado, Pompeu Magno, tomou o controle geral da cidade de Roma, tornando-se em pouco tempo ditador perpétuo. Seguindo os passos do seu herói Alexandre Magno, César tratou com respeito os judeus, oferecendo-lhes os mesmos privilégios que o rei

macedônico ofereceu aos israelitas: os judeus não seriam obrigados a ceder homens ao exército, poderiam manter seu culto no Templo, as moedas circulantes na região não teriam o busto humano, aos judeus seria permitido recorrer aos seus próprios tribunais e viver segundo as suas próprias leis, com um acréscimo: se levantassem qualquer movimento contra os judeus em qualquer parte do império, esses seriam convocados a comparecer ante os tribunais israelitas.

Observando a crescente insatisfação dos gregos para com os judeus de Alexandria, Júlio César interveio e saiu em defesa dos judeus, por considerá-los dignos da confiança romana. É possível que fontes à época se queixassem de um suposto favoritismo do senado em favor dos judeus contra os egípcios helenizados. Sob a proteção romana, os judeus gozaram de prestígio, até o momento em que os romanos tomaram conhecimento mais aprofundado da religião judaica e a sua essência messiânica, o que passou a representar uma ameaça constante. Outras fontes alertam que a principal razão foi que a religião judaica estava alcançando as altas esferas romanas, sendo cada vez mais aceita e admirada pela

classe mais rica do povo romano. Talvez o maior exemplo disso seja o caso do rabino Onkelos, um dos maiores sábios de sua geração e responsável por traduzir a bíblia do aramaico para o latim. Onkelos era sobrinho do imperador Tito, o mesmo que devastou Jerusalém. Se conta que o imperador Tito, incomodado com a atitude de seu sobrinho, mandava soldados romanos a fim de trazer Onkelos ao seu palácio, todavia, o rabino, usando de bons argumentos, convertia os homens mandados por seu tio. Mito ou não, essa estória serve para exemplificar a influência da religião judaica na cidade de Roma.

Anteriormente a Tito, na época de Augusto César, a situação judaica na cidade de Roma era favorável graças à confiança que gozavam junto ao imperador, autorizados a realizar o comércio marítimo e fluvial no rio Nilo, pagando, para isso, impostos conducentes. Recebiam grande parte da distribuição estatal de trigo e podiam, sem maiores dificuldades, estabelecer novos centros de cultos e pequenas comunidades por todo o Império Romano, mantendo dessa maneira uma certa autonomia interna.

Augusto César tentou por todos os meios restringir e amenizar o ódio aos judeus, pelo menos na Itália, entretanto, nada pôde fazer para impedir o terrível procurador Pôncio Pilatos na Judeia. Orgulhoso de sua cultura e com olhar desprezível para a cultura hebraica, procurou ferir os judeus em seu sentido simbólico, e para tal, mandou colocar uma estátua no próprio *Kodesh Hakodashim*⁷, o lugar mais sagrado do Templo, ao qual só tinha acesso o *Cohen Hagadol* no dia mais sagrado do ano, o *Yom Kippur*, assim como ordenou que colocassem em toda cidade de Jerusalém. Isto, é claro, causou a indignação do povo judeu, que mandou uma representação para protestar contra esse ato. Pilatos o fez esperar cinco dias por uma audiência que nunca veio e mandou avisar que se o protesto continuasse, um massacre ocorreria.

Outro exemplo se deu no governo de Calígula (Gaio), quando recebeu em Roma a visita da embaixada judaica liderada por Fílon, algo que vamos tratar mais à frente e com mais detalhes. Calígula tenciona sua

⁷ Santo dos Santos era o lugar mais sagrado do Templo de Jerusalém e local onde se guardava o *Aron Habrit* (arca da aliança).

intenção em erigir uma estátua sua no Templo de Jerusalém, convertendo, portanto, aquele local num altar de culto imperial. Este desejo colocava Fílon e sua comitiva em uma situação difícil: como eles poderiam solicitar a garantia de suas sinagogas como local de santidade quando o próprio Calígula pretendia profaná-lo com um ídolo? Calígula pretendia ser um deus e exigia que lhe tratassem como tal. Esse desejo pode ter nascido como represália à Judeia por perturbações; os habitantes não judeus da cidade de Yavne ergueram um altar em honra a Calígula. Todavia, os judeus descontentes com aquele ato, o qual julgavam impróprio por estar profanando a cidade judaica, demoliram o altar.

Logo, sabendo disso e ciente das queixas dos judeus de Alexandria por causa das estátuas do imperador colocadas em suas sinagogas, Calígula poderia estar querendo se vingar. Porém, o governador da Síria, Petrônio, tomando conhecimento das intenções de Calígula de colocar uma estátua no Santo dos Santos, e sabendo que isso geraria a revolta dos judeus, optou por uma solução mais razoável: atrasou o máximo possível

até que Herodes Agripa escrevesse a Calígula a fim de lhe persuadir a desistir da ideia.

Em Alexandria e na Anatólia os inimigos dos judeus se aborreceram ao vê-los com certos privilégios frente ao governo romano e não pouparam esforços para prejudicar a comunidade judaica. O primeiro passo foi obrigá-los a trabalhar no sábado e em dias de festas religiosas e logo os obrigaram a servir ao exército e ter uma vida militar mais ativa. Todavia, o caos se instaurou quando os egípcios de Alexandria invadiram sinagogas durante as *tefilot* e roubaram os rolos sagrados e qualquer outro material de valor que encontraram. A comunidade judaica protestou. Augusto César outra vez interveio e reforçou a ordem imperial de respeitar as tradições e costumes dos judeus. Os ânimos se acalmaram. Porém, com a morte de Augusto, subiu ao trono imperial Tibério, um imperador cruel.

TIBÉRIO E A PRIMEIRA OPRESSÃO NO OCIDENTE

Tibério Cláudio Nero César era o novo imperador romano; governou no início da Era Comum e

representou um enorme perigo para os judeus: julgando que a influência da religião judaica ameaçava o culto tradicional romano e o próprio estilo de vida do povo, e convencido de que os judeus daquela época se esforçavam em converter o maior número de pagãos possível, Tibério, em resposta às conversões massivas, emitiu um decreto imperial no qual ameaçava os judeus de exílio forçado, caso continuassem a professar sua fé. Tal efeito resultou na captura de milhares de jovens rapazes judeus para a ilha da Sardenha, onde foram utilizados como gladiadores e contra malfeitores que assolavam a região. Escritos da época afirmam que a meta máxima dos governantes romanos era, sem dúvida, o extermínio dos israelitas. Este ato contra a comunidade judaica, afirmam outros pesquisadores, se deu graças à vontade de Sejano, o favorito de Tibério.

A LOUCURA DOS CÉSARES

O terceiro imperador romano foi Caio Júlio César Augusto Germânico, mais conhecido pelo apelido de Calígula⁸. Entrou para os livros de história como um dos

⁸ Um apelido de infância que em latim significa “pequenas botas”.

mais megalomaníacos do mundo antigo. Seus primeiros anos de governo foram razoavelmente estáveis, entretanto, após adoecer repentinamente e quase morrer, regressou como um tirano narcisista que obrigava seus súditos a reconhecê-lo como uma própria divindade, o que não agradava o povo romano, tampouco os judeus, que se viram obrigados a idolatrar um homem, visto que aquele que não fazia era cruelmente castigado. E assim como fez o Antíoco IV Epifânio séculos antes, quando quis colocar uma estátua de Zeus Olímpico no Templo de Jerusalém, Calígula planejava colocar uma estátua dele próprio no Santo dos Santos, morrendo antes de fazê-lo.

Durante o reinado de Tibério Cláudio se inicia uma generalização acerca dos assuntos judaicos. Cláudio introduz a proibição de que os judeus façam congregações, e os novos conversos judeus eram declarados ateus, o que equivalia a considerá-los como inimigos do próprio Estado, podendo ser castigados junto de toda a comunidade que os recebeu.

Vespasiano foi outro imperador romano que causou problemas aos judeus em Israel servindo como

general na Judeia, onde combateu os zelotes com mãos de ferro. Devido ao repentino assassinato de Nero, retornou imediatamente à capital do império, onde foi proclamado Imperador. E foi justamente Vespasiano que defraudou a guerra contra os judeus, terminada pelo seu filho, o general Tito. Arrasando a rebelião judaica, sitiou a cidade e espez as muralhas; mandou crucificar centenas e ordenou a destruição do Templo de Jerusalém. Porém ele não foi o único a fazê-lo: o procurador Géssio Floro também saqueou os tesouros do santuário. A queda da cidade sagrada levou junto a autonomia do povo judeu, que passou a ser vítima de todo tipo de abuso. Em comemoração, foi cunhada a moeda *Judaea Capta* (Judeia Capturada). Não satisfeitos, os romanos instituíram um novo imposto conhecido como *Fiscus Judaicus*, cujas receitas eram destinadas à construção do Templo de Júpiter Optimus Maximus (também conhecido como Templo de Júpiter Capitolino). Aqueles que pagavam o imposto estavam isentos de sacrificar animais aos deuses romanos.



Moeda romana da época da destruição do Templo de Jerusalém. Disponível em:

<https://www.coinarchives.com>

Domiciano, outro imperador romano que deu sua contribuição para a crescente onda de perseguição ao judaísmo, premiava todo aquele que denunciasse pessoas conversas ou dispostas a sê-lo, além de castigar os denunciados com o confisco de bens. O mesmo, pois, em vigência um decreto, segundo o qual seria possível deportar temporariamente qualquer judeu de uma cidade ou província. O historiador romano Valério Máximo descreve que os judeus foram expulsos da capital do Império, Roma. Já Tito Lívio afirma que os israelitas foram expulsos de toda península itálica. Esta também foi a época em que os sacerdotes egípcios se aproveitaram da situação e fecharam o templo judaico em Heliópolis. Trajano, outro imperador romano,

fazendo uso deste decreto, mandou expulsar todos os judeus da ilha de Chipre, no Mediterrâneo.

Adriano, imperador romano da dinastia dos Antoninos, é considerado um dos “cinco bons imperadores”, todavia, foi certamente um dos mais cruéis contra os judeus. Outra vez, proibiu circuncisão, culto e ensino religioso, retirando todos os privilégios concedidos pelos seus antecessores. Travou a mais importante das guerras judaico-romanas, quando enfrentou uma rebelião israelita liderada pelo judeu Bar Kokhba numa guerra que durou anos. O historiador Dio Cássio escreve o motivo do conflito:

[69.12.2] *“porque os judeus julgavam intolerável raças estrangeiras se instalarem em sua cidade e ritos religiosos estrangeiros serem ali implantados”*. (Dio Cássio, História de Roma).

Bar Kokhba tinha o aval do maior sábio judeu da geração; Rabino Akiva havia convencido a todos que o jovem era o messias esperado. Tem-se então a mais importante guerra pela sobrevivência judaica na

antiguidade. Outra vez, Dio Cássio descreve os planos de Adriano:

[69.12.1] *“Em Jerusalém, Adriano fundou uma cidade no lugar daquela que tinha sido arrasada até os alicerces, nomeando-a Aelia Capitolina, e no local do deus [judeu], ergeu um novo templo para Júpiter. Isso provocou uma guerra nem de pouca monta de curta duração”.* (Dio Cássio, História de Roma).

Dio Cássio é um historiador romano escrevendo a serviço do Estado, portanto, não podemos acreditar cegamente no que ele escreve. Adriano não construiu um templo pagão sobre as ruínas do Templo de Jerusalém, tampouco pôs uma estátua de Júpiter no Santo dos Santos. Verdade é que a guerra destruiu qualquer esperança de autonomia judaica na região. Embora houvesse momentos de vitória judaica - chegando até mesmo a derrotar a décima legião, famosa por ter sido criada por Júlio César -, Massada representou a última tentativa de resistência judaica contra o Império Romano.

**CAPÍTULO IV:
ALEXANDRIA E A
INSTITUCIONALIZAÇÃ
O DO ANTISSEMITISMO**

A COMUNIDADE JUDAICA DE ALEXANDRIA NO PERÍODO ANTERIOR A 38 E.C.

Flaco é uma das fontes mais importantes da época. Nele, Fílon descreve a perseguição que sofreram os judeus alexandrinos no ano de 38 e.c. A afirmativa dessa data se dá por Filón escrever que as oficinas dos judeus de Alexandria, quando foram saqueadas pela multidão de gregos, se encontravam fechadas em sinal de luto por Drusila, irmã de Calígula, que havia falecido em 10 de junho de 38 e.c. em Roma. Portanto, levando em consideração o tempo necessário para que a notícia chegasse a Alexandria, o período de luto relatado por Fílon teria acontecido no início de julho. Fílon ainda escreve que vários judeus foram torturados no teatro durante o aniversário do imperador (trinta e um de agosto).

Essa onda de violência foi, acredita-se, cometida pelas comunidades grega e, provavelmente, egípcia de Alexandria. Pela quantidade de detalhes com que Fílon descreve esses eventos, ele nos faz crer que, se não os viveu de perto, teve contato direto com quem os viveu. O registro dessa hostilidade para com os judeus é

surpreendente, visto que durante o reinado da dinastia ptolomaica não há registro de qualquer perseguição destinada à comunidade judaica, ainda que se possa encontrar participações judaicas em querelas políticas da cidade, como que durante 181 e 145 a.e.c., mercenários judeus tomaram parte nas disputas dos ptolomeus, evidentemente, tornando-se inimigo de alguém.

De maneira geral, podemos afirmar com certa segurança que qualquer perseguição ou ódio aos judeus antes do ano 38 e.c. não se deu especificamente por questões raciais. Ainda que, como veremos mais à frente, Maneton tenha sido grande propagador de ideias antissemitas, estudiosos indicam que seus escritos pouco saíram do meio dos sacerdotes egípcios. Concordando ou não com este pensamento, verdade é que apenas no primeiro século da e.c. tomamos conhecimento de escritos explícitos de propagação de ódio e animosidade para com os judeus, como vimos acima, principalmente por autores como Lisímaco, Querémon e Ápion de Alexandria.

Infelizmente, ao nos depararmos com fontes clássicas que testemunharam esta perseguição, nos

decepcionamos ao perceber que nenhuma delas nos apresenta as causas. Filón de Alexandria em *Flaco* deixou-nos um relato e narrativa detalhada dos acontecimentos e como os antissemitas inspiraram malefícios aos judeus alexandrinos, todavia, não descreveu as suas causas. Flávio Josefo é ainda mais obscuro, limitando-se apenas a fazer uma alusão aos acontecimentos do ano trinta e oito, escrevendo que “houve tumultos entre os Judeus e os Gregos de Alexandria”. O que ambos têm em comum é que falam acerca de um certo rancor ancestral e, de certa forma, inato contra os judeus⁹, contudo, emitem as origens.

Como vimos, os judeus habitaram a cidade de Alexandria desde sua fundação, quando Alexandre Magno, segundo Flávio Josefo, concedeu aos judeus o direito de habitar na cidade e lhes atribuiu os mesmos privilégios dos quais desfrutavam os macedônios. Filón apresenta que os judeus habitavam em colônias desde a sua fundação “para agrado dos seus fundadores”¹⁰, e que durante toda ascensão e dominação dos ptolomeus nas

⁹ Flaco. 29.

¹⁰ Flaco 46.

terras do Egito - um espaço de tempo de trezentos anos - os judeus gozavam, via de regra, de paz.

Estavam tão habituados com a vida no mundo helenístico que sentiram a necessidade de traduzir a bíblia para a versão grega, a qual ficou conhecida como *Septuaginta*¹¹ e floresceu o intercâmbio cultural entre esses dois povos, o que produziu pensadores da estatura de Fílon, um filósofo judeu que utilizava os ensinamentos platônicos na compreensão das escrituras sagradas. Nas primeiras décadas do primeiro século, já se contavam cem mil almas judaicas naquela cidade.

A primeira intervenção política romana em Alexandria se deu a partir de 273 a.e.c., no momento em que o senado concedeu ao faraó Ptolomeu II a *amicitia* romana, e desde então, Roma manteve olhos atentos para o que se desenrolava nas terras do Egito. Todavia, focaremos no período a partir de 55 a.e.c., quando temos os primeiros atritos entre as comunidades judaicas e a população grega local.

¹¹ Versão da bíblia hebraica traduzida para o grego koiné no século II por setenta sábios judeus, por isso o nome septuaginta.

Aulo Gabínio, legado de Pompeu, recebeu em 55 a.e.c. o comando do exército que atacou os defensores egípcios. A guarnição judaica, que ficou encarregada da defesa da cidade de Pelúcio, uma importante posição estratégica no Delta do Nilo, cedeu passagem ao exército invasor. Flávio Josefo afirmou que Pompeu fora aconselhado por Herodes Antípatro, avô de Herodes, o Grande, a assim fazê-lo.

Esta não seria a última vez que combatentes judeus auxiliariam as tropas do senado romano; por volta de 47 ou 48 a.e.c. uma esquadra militar judaica, segundo Flávio Josefo, saiu armada de Heliópolis em direção a Mênfis, onde se uniram a Mitridates na missão de libertar Júlio César, que se achava detido em Alexandria devido a uma revolta popular. Todavia, Flávio Josefo acrescenta que este auxílio foi prestado sob oposição da população de Alexandria, que enxergava a presença de Júlio César como um presságio da iminente conquista romana.

INÍCIO DO CONTROLE ROMANO EM ALEXANDRIA

A dinastia Ptolomaica no Egito encontrou seu fim após a guerra civil romana entre Caio Otávio e Marco Antônio. Após a batalha naval de Áccio, Otávio consolidou sua posição como sucessor de Júlio César. Coroado primeiro-imperador, Otaviano converteu a região do Egito em província do Império Romano. O exército faraônico foi dissolvido e, em seu lugar, foram postas as legiões romanas. Os palácios que ora pertenceram a Cleópatra agora eram ocupados por governadores escolhidos entre os membros da ordem equestre, outorgados por Otaviano.

Portanto, Alexandria deixa de ser o centro do mundo mediterrâneo para se converter em uma simples capital de província. Porém, apesar dos alexandrinos terem apoiado Marco Antônio durante a guerra, Otaviano poupou-lhes da vingança, e mais do que isso, concedeu aos cidadãos da cidade, privilégios: os gregos e egípcios residentes estavam isentos do pagamento do imposto da *λαογραφία*, cobrado sobre a população local,

e os imperadores conseguintes mantiveram esse benefício.

Outra vantagem foi a concessão facilitada da cidadania romana, como atesta Plínio, o Moço, ao descrever que apenas os cidadãos de Alexandria (com exceção dos egípcios) podiam solicitar a cidadania, ao ponto de que há registros de inúmeros alexandrinos que, após tornarem-se cidadãos romanos, ocuparam cargos de prestígio e administrativos na própria corte imperial.

Contudo, a ocupação romana não agradou a todos: imediatamente após a ocupação de Otávio em 29 a.e.c., ficou evidente que alguns setores da população local eram hostis à ocupação estrangeira; o alto índice de corrupção ajudava a alimentar esse desagrado, mas esse descontentamento não se convertia em violência física contra os romanos; os alexandrinos recorriam a formas de protestos menos convencionais: Isidoro, um grego que ocupava um cargo relevante na comunidade e um dos líderes da facção mais hostil a Roma, descontente com o governador local, reuniu um grupo de “desocupados” num ginásio, a fim de insultar o governador em versos.

A comunidade judaica, assim que percebeu a situação que se apresentava, apressou-se em negociar com os romanos, o que sem dúvidas desagradou os gregos alexandrinos que assistiam àquilo como uma traição à cidade que os acolhera. Otaviano manteve os direitos que César concedeu aos judeus e mandou erigir uma coluna de mármore na cidade com os benefícios gravados. Aos judeus, era concedido o direito de observar suas próprias leis, se reunir em sinagogas, guardar o sábado, consumir apenas os alimentos que lhes parecessem apropriados, se reunir e deliberar sobre assuntos de interesse da comunidade e o envio anual da taxa de manutenção do Templo em Jerusalém, sendo esta última a única permissão para que emissários viajassem com vastas quantias em dinheiro. Além de todas as permissões, uma era especial: os judeus de Alexandria possuíam um conselho de anciãos (γερονσία) que geria e debatia assuntos de interesse da comunidade. Todavia, quando os gregos de Alexandria solicitaram a Otávio que lhes concedesse o direito de ter um senado próprio, o pedido lhes fora negado, o que colaborou na animosidade contra os privilégios dos judeus.

A cidadania romana era motivo de disputa e intriga entre judeus e gregos de Alexandria. Em 24 ou 23 a.e.c., Otaviano sujeitou a maior população do Egito a pagar uma taxa chamada *λαογραφία*, a qual os gregos e romanos estavam isentos de pagar. Esse imposto era pesado financeiramente; era mais danoso no campo simbólico, pois representava uma certa degradação a quem o pagava. Os judeus ocupavam um local especial de intermediário entre os gregos, portadores de cidadania plena e os egípcios de baixo estatuto.

Algumas comunidades no Império Romano possuíam uma organização cívica conhecida como *πολίτευμα*, e alguns povos, incluindo os judeus, usufruíam desse artifício, o que lhes garantiam os direitos de viver segundo suas leis e educar seus filhos segundo suas tradições.

Alguns judeus dos mais ilustres, como é o caso da família de Fílon, certamente possuíam prestígio e ostentavam uma espécie de cidadania. Todavia, a cidadania no sentido tradicional implicava em ter responsabilidades cívico-religiosas, o que estava vedado aos judeus por considerarem idolatria. Outro aspecto nos

leva a crer que essa “cidadania” aos judeus era mais simbólica e autoproclamada do que de fato: um papiro do primeiro século testemunha um pedido de cidadania romana por parte de um judeu de nome Heleno, filho de Trífon; ele, com mais de sessenta anos, se queixava de que, apesar de ter recebido uma educação grega, lhe fora privada a cidadania alexandrina e que lhe fora cobrado o imposto destinado aos egípcios nativos. O escriba, de posse da petição, risca a passagem em que Heleno se descreve como “Alexandrino” e substituí por “Judeu de Alexandria”, deixando claro qual era a posição do Estado em relação à concessão da cidadania e que os judeus não estariam inclusos.

Outro documento atesta essa condição: uma coleção de papiros intitulados *Actos dos Mártires Alexandrinos* apresenta uma petição dos gregos da cidade de Alexandria na qual exigiam que os judeus deviam pagar as mesmas taxas pagas pelos egípcios, pois viviam da mesma forma.

VALÉRIO FLACO, O GOVERNADOR ROMANO DE ALEXANDRIA

Fílon de Alexandria em sua obra intitulada *Flaco* nos introduz a esta figura histórica de mesmo nome. No relato, Aulo Avílio Flaco surge como um governador romano do Egito, nomeado pelo então imperador Tibério, a fim de suceder a Vitrásio Polião em 32 e.c. A vida de Flaco era envolta em mistérios e jogos políticos, que ora o favoreciam, ora o condenavam frente ao imperador, e suas ações estavam de acordo com seus interesses: nos primeiros cinco anos de governo, conta-nos Fílon, cumpriu suas funções e garantiu a paz em Alexandria, chegando até mesmo a dissolver as associações e os clubes onde se encontravam os focos de perturbação e agitação política contra os judeus da cidade. Todavia, quando o imperador Tibério faleceu em 37 e.c. e foi coroado em seu lugar o tirano Calígula, Flaco mudou sua política de governo; ele temia a cólera do novo César, visto que teve em 29 e.c. um papel crucial na condenação de Agripina, mãe de Calígula, e nos anos seguintes declarou abertamente apoio à

coroação de Gêmelos, neto de Tibério, que lhe parecia o herdeiro aparente ao cetro imperial.

Contudo, com a ascensão de Calígula em 37 e.c. e a morte de Gêmelos no ano seguinte, estes atos abalaram o mando de Flaco no Egito, deixando-o incapaz de lidar energicamente com as demandas que seu cargo exigia. Sua vulnerabilidade foi desfrutada por agitadores gregos e egípcios, aproveitadores da situação.

Fílon afirma que os membros da comunidade grega que mais desprezavam os judeus em Alexandria eram Dionísio, Isidoro e Lampon, também responsáveis pela oposição política à autoridade romana na região, que junto aos conhecidos Ápion e Querémom representavam os piores inimigos dos judeus. Estes homens teriam convencido Flaco de que se ele se engajasse nas ações contra os judeus de Alexandria, ganharia a confiança do povo e, conseqüentemente, do próprio Calígula.

A comunidade judaica se adiantou e, numa medida para agradar o novo imperador, emitiu um decreto no qual parabenizou o novo César, e confiou a Flaco que o enviasse a Roma, algo que Flaco não teria

feito. Isso pode ser compreendido como o primeiro ato de má vontade de Flaco para com os judeus de Alexandria. Não podemos assegurar decerto todos os movimentos dessa época; se Flaco reteve o decreto judaico como símbolo de arbitrariedade ou se o fez por se deixar persuadir pelos gregos. É possível que Flaco, com rédeas das legiões estacionadas em Nicópolis, tenha os enviado a Alexandria com o intuito de pôr fim às animosidades dos dois lados, como defendem alguns autores, mas é difícil crer que os judeus possuíssem meios para se defender.

O STATUS DOS JUDEUS ANTES DE 38 E.C.

Por toda extensão do vasto Império Romano, as ondas de ódio aos judeus cresciam como nunca antes e nenhuma cidade mostrou tanta insatisfação e desprezo aos israelitas como a importante cidade de Alexandria. Habitada por Judeus desde a fundação por Alexandre Magno, ainda durante sua campanha pela Ásia, os israelitas prosperaram com o comércio e artesanato. A

comunidade judaica daquela cidade resistiu a inúmeros impérios, quase duas dezenas de faraós, viu o nascimento e o apogeu do império romano. No entanto, chegou o momento em que os gregos e egípcios da cidade não esconderam sua insatisfação com os privilégios que os judeus gozavam junto ao Estado romano. Julgando um favoritismo injusto, foram levados pela inveja a protestar contra a ocupação de cargos públicos importantes que antes eram reservados aos egípcios e gregos, somado ao fato de que muitos judeus serviram como recolhedores de impostos; isso prejudicou ainda mais a popularidade do povo israelita.

É conhecido que durante o primeiro século da era comum o ódio aos judeus era forte e vinha de todas as províncias do império, porém, em Alexandria podemos afirmar que experimentaram uma onda de perseguições nunca antes vistas: os judeus, que desde o início optaram por viver em bairros especiais, geralmente longe do centro, viram essa condição tornar-se obrigatória. Houve também uma forte política de controle de imigração, privando qualquer novo judeu de se estabelecer na cidade. A fim de constranger a comunidade israelita em

seu caráter religioso, no teatro municipal as mulheres de aparência estrangeira eram obrigadas a comer carne de porco para, desta maneira, identificar quais delas eram judias. E ao contrário do que acontecera em anos anteriores, os judeus possuíam agora apenas um direito: viver e trabalhar em Alexandria. Apesar disso, não eram considerados cidadãos.

Podemos destacar alguns dos mais importantes antissemitas de Alexandria daquele momento: Dionísio, Isidoro, Lampon e o mais infame deles, Ápion de Alexandria. Por trás de seu ódio havia um motivo político: tentavam demonstrar o seu comprometimento para com Roma e obter privilégios junto aos políticos romanos, e para tal, não cessaram a difamação aos judeus, alegando que estes não eram fiéis ao Estado, tampouco ao imperador; que sua organização comunitária (com escolas, sinagogas, etc.) não passava de um governo dentro do próprio Estado romano; que aguardavam ansiosamente a oportunidade de se livrar do jugo estrangeiro - usavam da esperança messiânica para caluniar os israelitas - e por isso, era obrigação e dever combater aquela força paralela.

DECRETO DE VALÉRIO FLACO E O ÁPICE DA PERSEGUIÇÃO

Flaco se voltou definitivamente contra a comunidade judaica ao emitir um decreto no qual declarava os judeus da cidade de Alexandria como estrangeiros e imigrantes, retirando-lhes os direitos mais importantes, dos quais gozavam desde a fundação da cidade. Flaco agiu por pressão interna dos gregos, e o decreto pode ter sido uma resposta. No relato, Fílon diz que dos judeus foi lhes tirado até mesmo o direito de se defenderem, e pouco tempo depois, Flaco concedeu impunidade a todo aquele que participasse de atos de pilhagem, e assim como ocorreu na história de Ester e Mordechai, é possível que a ganância pelos bens dos judeus tenha sido o real motivo da perseguição.

Sem a mínima proteção do Estado, os judeus viveram os seus piores momentos em Alexandria: foram expulsos dos locais onde viviam na cidade e concentrados em espaços minúsculos do tamanho de um quarteirão: o Delta. Porém, Fílon conta que havia tantos judeus que não cabiam todos naquele primeiro lugar que

fora ocupado, então foram obrigados a viver nas “praias, locais imundos e sepulcros”.¹²

A fome, conta-nos Fílon, começou a dizimar a comunidade judaica. Desse fato, podemos inferir que a perseguição não foi de curta duração, nem de pouca monta. Suas casas foram saqueadas, seus bens pilhados, suas oficinas destruídas e incendiadas. Não tinham mais como manter suas profissões, e quando conseguiam algum trabalho, este era feito com paga mesquinha. Confinados no talvez primeiro protótipo de *gueto*, pereceram pelas mais básicas necessidades: primeiro os mais velhos e doentes, depois aqueles que ainda gozavam da juventude. Os poucos que se aventuravam a sair do bairro especial, procuravam por qualquer meio de subsistência, incluindo a esmola. Contudo, foram pegos e mortos pela população em fúria.

Um dos episódios mais tristes aconteceu em 31 de agosto, aniversário do Imperador Calígula: trinta e oitos membros do conselho dos anciãos foram carregados com grilhões e chicoteados no ginásio; alguns morreram de imediato à violência dos atos, outros

¹² Flaco, 56

ainda viveram por mais algum tempo para sofrer das agonias dos ferimentos. Se esse fato não fosse horrendo e vulgar por sê-lo, seria porque aconteceu no aniversário do imperador, em cuja data era costume conceder uma anistia por causa do evento (FAIA, 2010).

Fílon observa que o tipo de arma usada nesse crime não foi aquele reservado a homens livres, mas sim foi utilizado o chicote mais vulgar que era usado para castigar os egípcios de mais baixa estirpe. Portanto, para Collins (FAIA, 2010, apud Collins, 2000, p.118), na Antiguidade, a diferença entre os diferentes estratos da população era perceptível pelas penas a que eram condenadas e que, para Filón, a questão central seria como os judeus seriam tratados: como cidadãos da cidade ou como “egípcios do mais baixo estatuto”.¹³ Essa violência torna-se ainda mais cruel pelo fato de os judeus não terem o direito de possuir armas.¹⁴

A violência física se mesclava à simbólica à medida que tinham suas casas e a privacidade das mulheres e meninas violadas: Fílon relata que quando as

¹³ Flaco, 80

¹⁴ Flaco, 89

casas dos judeus foram revistadas (a fim de recolher armas), as suas mulheres, que se privavam da vida nas praças e centros públicos, foram expostas em sua privacidade. Aqui vale ressaltar a gravidade desse ato: noutra época as mulheres judias, ainda que gozassem de direitos, não eram raramente privadas da vivência na esfera pública, especialmente as filhas moças que ainda não haviam se casado.

O último ato de violência praticada aos judeus registrado por Fílon foi quando tanto homens como mulheres foram levados ao teatro e lá expostos à humilhação. Foram obrigados a comer carne de porco, estritamente proibida pela lei judaica. Aqueles que aceitavam a humilhação eram liberados; aos mais resistentes era reservada a tortura.

A COMUNIDADE JUDAICA SE LEVANTA CONTRA FLACO

O motivo de Flaco ter deliberadamente retido o decreto emitido pela comunidade judaica a Calígula é um mistério. Como dissemos, é provável que ele tenha feito por pressão dos gregos da cidade, mas também por

ser ele próprio um antissemita, como defende Fílon. O decreto que foi redigido e aprovado pelo conselho da cidade parabenizava oficialmente o imperador pela sua ascensão ao cargo, enumerava as honras que os judeus de Alexandria iriam lhe prestar em substituição à participação no culto imperial, e mais do que tudo, reforçava a lealdade da comunidade judaica para com o Imperador.

A comunidade entrega o decreto nas mãos de Flaco, que promete se encarregar do envio a Roma. Todavia, um ano depois os judeus de Alexandria descobrem que o decreto jamais saiu da cidade, que permaneceu no escritório do governador. Temendo a ira do novo César e as consequências dessa omissão, os judeus pediram a Herodes Agripa que, na qualidade de amigo pessoal de Calígula, enviasse uma cópia do decreto ao Imperador. Herodes redigiu uma cópia, e acompanhado de uma carta que continha as explicações do atraso, enviou até Roma.

Por meses os judeus ficaram apreensivos. Fílon conta que havia chegado a festividade de *Sukkot* e a comunidade se mantinha preocupada e sem ânimo.

Porém, nessa mesma época chegou a Alexandria uma guarnição de soldados romanos vindos de Roma com o objetivo de prender Flaco. Não há relatos das acusações que lhe caíram, porém, é provável que o governador tenha sido acusado de má administração da província ou motivado por assuntos mal resolvidos: as ligações de Flaco com o antigo imperador Tibério e seu apoio aberto a Gêmelos.

Fílon em *Embaixada a Gaio* defende que a prisão de Flaco se deu, realmente, por este ter retido o decreto judaico ao Imperador. Em Roma, Flaco foi acusado por Isidoro e Lampon, que estavam, possivelmente, na qualidade de embaixadores da cidade.

PRIMEIRA DISPUTA TEOLÓGICA

Na Alexandria daquela época aconteceu algo inédito até então: uma disputa teológica envolvendo o representante romano Flaco e os dois cruéis Dionísio e Isidoro; se enfrentaram no debate “*um dos anciãos da cidade*”. O resultado do embate é desconhecido. É possível que o sábio judeu, assim como fez

Nachmanides¹⁵ em julho de 1263 e.c. na disputa de Barcelona, tenha vencido seu oponente. O que ocorreu posteriormente foi que tanto o conselho de anciões como a própria comunidade de Alexandria foram censurados fortemente.

Um outro embate ocorreu na cidade egípcia de Oxyrinchus, quando Isidoro organizou o primeiro partido antissemita e propagou uma mentira que duraria mais de 2 mil anos. Era da opinião que os judeus eram culpados de todos os males que o Egito sofria e que, por meio de sua ganância e riqueza, procuravam dominar toda a população da cidade. Surgiu então a primeira teoria de conspiração na qual os judeus procuram dominar o mundo através do capital. Dezenove séculos depois a calúnia se manteve viva e converteu-se no argumento mais utilizado pelos antissemitas modernos e contemporâneos.

Em Alexandria o maior inimigo dos judeus, sem dúvida, eram os gregos, que se sentiam prejudicados pela superioridade judaica no comércio com o Mediterrâneo.

¹⁵ Rabino Moshê ben Nachman, mais conhecido pelo acrônimo de Ramban, foi um importante cabalista catalão.

Desde tempos imemoriais os gregos e fenícios monopolizaram o comércio naquela região, fundando cidades por toda costa da Europa e Norte da África, porém, a ascensão judaica ameaçara os interesses gregos mais do que qualquer outro povo. Por mais que romanos e egípcios repudiassem os judeus, os gregos eram os mais radicais. No mais, foram os gregos que, convencidos da situação, quiseram consolidar o culto aos césares.

HERODES AGRIPA DE PASSAGEM POR ALEXANDRIA

O início do apogeu das hostilidades contra os judeus de Alexandria se deu após um curioso evento: no verão de trinta e oito da era comum, Herodes Agripa, favorito do imperador Calígula e neto do infame Herodes, o Grande, em sua rota à terra de Jerusalém chegou sem ser convidado à Alexandria e lá se autoproclamou patrono e defensor dos judeus.

Segundo Fílon, o rei estaria apenas de passagem, pois viajava em direção à Judeia, seu novo reino. O

relato filoniano nos faz crer que Herodes fez o que pôde para garantir que sua curta estadia na cidade permanecesse ignota, e que a rota foi sugerida pelo próprio Calígula por ser o caminho mais célere a Jerusalém, todavia, essa versão se contradiz no próprio texto de Fílon, quando o autor afirma que o cortejo real atraía todas as atenções devido “o exército de lanceiros da sua guarda pessoal a desfilar as suas armas adornadas de prata e ouro”¹⁶. Portanto, é forçoso o entendimento de que se os gregos e egípcios tinham consciência dos lanceiros de Herodes armados com ornamentos de ouro, o rei, ao contrário do que relata Fílon, se esforçou para ser notado.

Alguns autores, como Van der Horst (2003), acreditam que a visita de Herodes em trinta e oito aconteceu para o pagamento da dívida de duzentas mil dracmas que tinha contraído à Alexandre, irmão de Fílon.

Agripa se vestia de maneira pouco recatada, exibindo as insígnias romanas e causando desgosto entre os habitantes da cidade, que ao vê-lo partir rumo a

¹⁶ Flac. 31

Jerusalém, se apressaram em realizar uma peça teatral irônica na qual ridicularizaram Herodes. Os alexandrinos pegaram um louco da cidade, de nome Carabás, e o levaram ao ginásio, onde o enfeitaram e o vestiram como Agripa, parodiando a passagem do monarca. Em meio aos risos e zombarias, alguém nomeou o louco de *Marin*.¹⁷

Isso levantava um sério problema aos judeus de Alexandria: se estes realmente receberam Herodes com entusiasmo e alegria. Isso certamente desapontou os gregos e os egípcios, pois foi entendido como um sinal de lealdade a um rei estranho em detrimento à cidade que os acolhera.

Flaco, governador e responsável pela segurança e paz na cidade, nada fez. Não repreendeu os gregos por terem zombado de um rei empossado pelo próprio senado; Herodes era um rei vassalo de Roma, o que lhe colocava sob a proteção das asas imperiais, logo, esse ato à primeira vista inofensivo poderia facilmente ter se escalado à medida que Herodes, insatisfeito com o ato, poderia ter escrito ao Imperador se queixando e alegando

¹⁷ Termo da língua aramaica para designar o soberano da região da Palestina.

que um desrespeito ao seu mando régio era também uma afronta ao poderio romano que o outorgou rei. Herodes, além de ser amigo íntimo de Calígula, “[...] fora distinguido pelo senado romano com as insígnias de pretor”.¹⁸

Logo, Flaco deveria ter tomado providências contra os responsáveis pela perturbação, mas em vez disso, fingiu não ver, e ao fazê-lo deu motivo e fez parecer aos responsáveis que seus atos continuariam impunes; Flaco perdeu sua autoridade: levada pelo sentimento de impunidade, a multidão passou de insultos e zombarias à violência física e à perseguição.

Em seguida, trataram de erguer uma estátua do imperador em cada sinagoga a fim de que os judeus a venerassem. Mais do que uma violência simbólica, este ato tinha um objetivo político: evidenciar a deslealdade judaica pelo imperador romano. Calígula, convencido de que era um deus e que deveria ser reverenciado como tal, recebeu com entusiasmo a proposta de adoração.

Os judeus de Alexandria protestaram em vão. Até tentaram conversar com o governador romano local a

¹⁸ Flac. 40.

fim de trazer a paz na cidade, mas todos os esforços judaicos foram em vão; o próprio governador partilhava do ódio e desprezo pela cultura israelita. Ele não só não resolveu a situação, como também a piorou: usando de seu cargo fez com que judeus perdessem seu direito à residência e proibiu a guarda do sábado, desfazendo todos os privilégios ora concedidos.

Casas e comércios judaicos foram incendiados e saqueados, os judeus foram obrigados - desta vez, temos certeza que foi uma determinação contra a sua vontade - a viver exclusivamente em bairros especiais e destinados a eles. Surge aqui, possivelmente, o que futuramente chamaríamos de *gueto*, sendo, portanto, proibidos de deixá-lo em qualquer circunstância, ainda que a fome e a doença devastassem o bairro. Em pouco tempo as epidemias se alastraram. Para piorar a situação os barcos de mercadoria de propriedade judaica ancorados no porto foram queimados e saqueados; na ocasião, um punhado de judeus foram capturados e torturados publicamente sem que ninguém saísse em seu socorro. O início desse pogrom? A desastrosa peça em que

ridicularizaram Herodes e inflamaram o ódio aos seus “súditos” judeus na cidade.

O registro desses acontecimentos nos vem em maior medida através dos escritos do filósofo neoplatônico Fílon de Alexandria, que numa tentativa de amenizar o sofrimento de seu povo na cidade escreveu obras dirigidas ao imperador, a fim de lhe alertar sobre o mal que a perseguição judaica fazia ao seu império, para isso alegando a antiguidade do povo judeu, usando para embasar o que dizia, autores e obras clássicas gregas. Tentou de muitas maneiras convencer o imperador a conceder cidadania aos judeus e os proteger das injúrias. O imperador desprezava os apelos de Fílon no momento em que o pior acontecia na Judeia: o Templo de Jerusalém fora ocupado por tropas romanas, e ali as legiões teriam erguido uma estátua do imperador, o que causou uma enorme revolta que foi reprimida com armas. Os judeus podiam suportar tudo menos a violação do lugar mais sagrado da terra.

Com a morte do cruel Calígula, os césores posteriores se esforçaram para manter a paz entre os judeus de Alexandria e o restante da população. A

situação melhorou um pouco quando Cláudio restabeleceu o direito de observar o sábado e lhes garantiu a liberdade religiosa, permitindo-lhes construir sinagogas e realizar seus serviços religiosos. Garantiu, também, o direito de *kashrut* aos judeus, todavia, jamais concedeu o direito à cidadania romana, argumentando que alguns judeus eram portadores de epidemias, especialmente aqueles vindos da Síria.

Em sessenta da era comum temos um relato de outro pogrom na cidade, quando cinquenta mil judeus foram assassinados sob a acusação caluniosa de que um dos judeus da cidade era espião. A matança só terminou quando legiões vindas de Roma vieram restabelecer a ordem.

CAPÍTULO V: DAS CALÚNIAS

AS ACUSAÇÕES

Todo o relato anteriormente apresentado serve para demonstrar que por toda a antiguidade, desde Faraó até os imperadores romanos, o povo judeu foi alvo constante de ações antissemitas; estas, em sua maioria, disfarçadas e ocultas, tendo como exemplo máximo o genocídio que Hamã planejou contra os judeus que viviam nas províncias pérsas. Ao contrário do que se pensa, as calúnias e difamações não partiam de pessoas ignorantes e distantes da vivência judaica, mas sim de grandes intelectuais e pessoas cultas: oradores dos mais versados na arte do convencimento, políticos influentes, demagogos e homens de espírito. Neste quesito não há exemplo maior do que o já mencionado Ápion de Alexandria: gramático, matemático, filósofo, retórico e diretor da famosa biblioteca de Alexandria, foi o maior fomentador do ódio aos judeus egípcios. Portanto, esses propagandistas de ódio tiveram papel decisivo para a perpetuação de mitos e mentiras que resistem no imaginário popular até hoje.

Antes de realmente tratar das verdadeiras causas e motivações do antissemitismo na antiguidade, é forçoso falarmos primeiro sobre as acusações. Em primeira instância boa parte das acusações se referem à separação voluntária dos judeus dos outros povos, especialmente dentro da própria cidade através dos bairros especiais, o que poderia causar um sentimento de demasiada autoestima e desprezo no resto da população. Algumas fontes da época afirmam que os judeus consideravam todos os homens como seus eternos inimigos; relatam que eram hostis e praticavam maldades indiscriminadas contra os não judeus; que se recusavam a sentar-se à mesa com forasteiros e com eles partilhar a comida; que não lhe mostrariam um caminho seguro e nem o conduziriam a uma fonte (Juvenal); que eram suscetíveis à cobiça material, porém se abstinham em misturar sua raça com a de mulheres estrangeiras (Cornélio Tácito); que eram ateus e não possuíam costumes religiosos claros apesar de serem representantes de uma suposta religião proselitista; que desprezavam os deuses locais, não participavam do culto estatal e não ofereciam sacrifícios aos imperadores; que

desprezavam os costumes e tradições locais e eram pessoas com loucura desenfreada.

Uma problemática a ser tratada é a que as acusações se referem, especificamente à religião judaica e suas práticas. Um mito que surgiu no Antíoco IV Epifânio e que se manteve durante milênios foi que os judeus cultuavam e celebravam um porco e que a veneração e culto ao deus judeu necessitava de um sacrifício humano, algo que seria lembrado em muitas ocasiões no futuro, como foi o caso famoso que aconteceu na Inglaterra em 1144 e.c., quando no apogeu das cruzadas e cinquenta anos antes de Guilherme, o Conquistador, o desaparecimento de um menino chamado Guilherme de Norwich, de 12 anos, suscitou a acusação de que os judeus locais o tinham sequestrado e o levado em assassínio ritual. A mentira de sangue, como ficou conhecido, reforçava a criminalização dos judeus e apareceu em outros lugares como Berna (Suíça), Trento (Itália) e Troyes (França). Essa acusação talvez seja a mais cruel e que perseguiu os judeus europeus na Idade Média, mas que tinha surgido oitocentos anos antes no mundo antigo.

Outra acusação se refere especificamente ao sábado como dia de descanso e especificidades: o viam como uma desculpa e que, na verdade, era um dia destinado à preguiça (Sêneca - século II). Os rotularam como povo bárbaro e sem senso à medida que se dedicavam à superstição em tempo de paz e ridiculez em tempos de guerra; que perderam a sétima parte da sua vida frente a uma menorá comendo doces sem fazer nada; que não trabalhavam nos sétimos anos porque eram preguiçosos (sábado da terra); que a circuncisão era um ato de brutalidade e selvageria, já que os gregos e os romanos cultuavam o corpo e o percebiam como perfeitos, portanto, o flagelo voluntário do prepúcio era visto como algo tribal; que não comiam porco porque lembravam da lepra, motivo pelo qual foram expulsos do Egito.

Os acusaram de não contribuir em nada com a cultura egípcia/helenística; de se recusarem a se adaptar e desconhecem o idioma corrente; que eram homens covardes e malfeitores, bruscos e impetuosos, que levavam uma vida sem moral e emanavam naturalmente um odor desagradável; que eram infiéis que profanavam

templos e altares de deuses antigos; que propagavam a magia, eram astutos e tomavam vantagem sobre pessoas humildes; que se dedicavam à pirataria e pilhagem; que eram desleais e oportunistas com seus vizinhos; que traíam a própria pátria apoiando sempre o lado vencedor; que exigiam a igualdade de direitos aos cidadãos romanos, mas se privavam das obrigações com o Estado; que não eram fiéis aos governantes locais; que se comportavam como parasitas e estabeleciam o seu modo de vida peculiar em qualquer cidade onde se encontravam; que o bem-estar e os interesses de sua pátria vinham em segundo plano, quando não eram totalmente desprezados. A falta de interesse político dos judeus é considerada por Tácito como uma prova de barbárie, inferioridade e egoísmo.

NEGAÇÃO DAS ORIGENS DO POVO JUDEU

As calúnias também eram focadas em sua relação social com o meio onde estavam inseridos e constantemente colocavam em cheque a sua origem, legando um passo bem menos glorioso do que aqueles

que os judeus julgavam tê-lo. Espalhavam a história de que os judeus não haviam fugido da escravidão egípcia, mas sim que foram deliberadamente expulsos pelo povo por serem leprosos e prejudicarem o bem-estar social no Egito Antigo; acusavam o maior legislador, Moisés (Moshê), de não ser realmente judeu, senão egípcio e das leis mosaicas serem apropriações das leis egípcias; e de que Moisés, por ter se afastado da cultura-mãe, tornara-se insensato.

Segundo Veghazi (1974), os ataques contra o judaísmo se davam no terreno intelectual e poderiam ser classificados em três grandes grupos: havia aqueles que questionavam suas origens, havia outros que enumeravam e apontavam deficiências quase congênicas de ordem moral ou espiritual e o terceiro grupo que se esforçava em demonstrar que a religião e as leis mosaicas eram imperfeitas e muito inferiores em relação as dos demais povos, especialmente na cultura helenística.

Os judeus se orgulhavam de seu maior líder ter sido um hebreu criado como príncipe egípcio, do seu patriarca Abraão ter sido um rico chefe tribal que tomara

como concubina a própria filha de um Faraó, de José ter sido vizir do Egito; e os antissemitas da época romana se esforçaram para desqualificar essa origem nobre dos judeus, a fim de evitar uma ascensão social que uma sociedade estratificada em castas poderia causar. Além de afirmar que tal povo viria de uma classe baixa e inglória, se supunha que este povo estaria pré-determinado a uma existência vil e subordinada a outra mais importante. Tanto os acusadores como os acusados tinham pouca noção real de genealogia, mas percebiam e assumiam facilmente que haviam diferenças nas condutas e práticas em comparação aos demais povos, e portanto, dessa alteração no *modus operandi* resultaria uma origem vergonhosa do povo judeu; que eles não saberiam distinguir a ética das práticas animais e, nesse sentido, sua presença naquele meio estranho seria um escândalo aos costumes e tradições locais. Assim, a religião judaica ou a falta de ética ofenderia crenças e costumes aceitos e reconhecidos pela maior parte da população da cidade.

EXPLICAÇÃO PARA AS ACUSAÇÕES

Desde quando Nabucodonosor levou os judeus em cativeiro à Babilônia, eles passaram a ser minoria em qualquer lugar que não fosse Israel. Acostumaram-se à vida sob o jugo oriental dos reis sumérios; ao cetro heleno e à violência simbólica do pensamento ocidental; às leis e aos césores romanos; e pelo simples fato de existirem conforme sua tradição, irritaram e suscitaram o ódio dos seus concidadãos, que por sua vez transformaram o desprezo em rancor ao vê-los recusarem a adaptação e absorção pela cultura corrente; e a vida segregada nos bairros especiais serviu como objeto de tensão.

Por viverem em minoria por quase todo o período que entendemos como antiguidade, voluntariamente (pelo menos de início) os judeus habitavam bairros predominantemente distantes do centro, a fim de não se misturarem com o resto da população e poder cumprir da melhor maneira possível aquilo que eles viam como missão divina. O cumprimento estrito de suas leis e preceitos os distinguiam dos egípcios helenizados.

Vivendo no interior desses primeiros *ghetos*, provocavam a desconfiança e suscitavam teorias da conspiração de que os judeus planejavam o fim do Egito, ou que tramavam com potências estrangeiras com o intuito de se beneficiar de algum conflito iminente. Todavia, mesmo sob constante pressão e medo, os judeus se confortavam na convicção do mandado divino de que a observância rigorosa dos mandamentos os ajudaria na resistência à massificação e à perda de sua identidade. Segundo Veghazi (1974), esta atitude ofendeu a maioria da população, às vezes carente de convicções, pois elas não obedeciam a uma voz íntima nem a escutavam, sendo seguidoras mecânicas dos gritos de um chefe ou de costumes ancestrais que são obedecidos inconscientemente. A história comprova: a maioria dominante, na certeza de sua superioridade cultural e confiando em seu poder bélico, impõe sua cultura sobre as demais por julgá-las menos nobres. Roma obrigou todos os povos dominados a adotarem a lei romana e a língua latina, exceto os helenos, que mantiveram o direito de continuar a falar grego pelo motivo dos romanos admirarem a cultura clássica daquele povo.

Os judeus, portanto, por carecerem de sentido de cidadania e por suas práticas religiosas distintas, representavam um perigo ao Estado, e por não se considerarem como parte integrante da cidade não mereciam o mesmo respeito que os “nobres” gregos e egípcios desfrutavam, sendo reservado aos judeus nada senão o desprezo por jamais se assimilarem, e para justificar esse ódio se empenharam em diminuir a história do povo judeu.

FUGA OU EXPULSÃO DO EGITO?

O principal evento celebrado pelos judeus em todo o mundo é a fuga, ou o êxodo, da terra de Khemet (Egito Antigo), quando o hebreu Moisés, persuadindo Faraó e mostrando todo o poder do Deus judeu, conduziu o povo para a liberdade e à terra de Canaã. Esse episódio é recontado a cada festa de páscoa, quando as crianças cantarolam: “*Má nishtaná haláyla hazê micol halelot?*” - “O que mudou? Em que é diferente esta noite?” e os pais orgulhosamente repetem a história de como Deus salvou o seu povo do jugo egípcio. Todavia, os antissemitistas

de Alexandria, em seu esforço para tentar deslegitimar a história do povo hebreu, levantavam mentiras e até mesmo colocavam em dúvida a origem de Moisés.

Utilizando-se de fontes da época, que relacionam a vitória dos egípcios sobre um povo semita conhecido como hicsos à expulsão hebreia, argumentam que ao contrário do que conta a história bíblica, os judeus não teriam conquistado a liberdade, mas sim teriam sido expulsos e condenados a viver no degredo do deserto. Outra fonte refere-se à saída dos judeus graças a uma revolta religiosa: o Egito Antigo da décima oitava dinastia passou por uma revolução teológica. O Faraó Amenófis IV promoveu algo jamais visto no Egito, destituindo o culto tradicional aos deuses em favor da adoração de um deus único: Aton, o Sol. Alterando seu nome real para Akhenaton (adorador de Aton), pôs fim às escolas de mistérios relacionados ao antigo culto e desagradou os mais altos sacerdotes de Amon. Akhenaton e sua esposa Nefertiti entraram na história como os reis loucos. Seu filho, porém, o famoso Tutancaten, depois conhecido como Tutancâmon (Imagem viva de Amon), influenciado pelos governantes

locais e pelos sacerdotes, restabelece o culto aos deuses tradicionais. Portanto, segundo essa outra versão, após a vitória dos partidários do culto politeísta sobre os monoteístas do deus Sol, era imprescindível que os hebreus, por também serem monoteístas, fossem expulsos do Khemet.



O Faraó Akhenaton, a rainha Nefertiti e seus três filhos sob os raios do deus Aton.

Essas histórias podem ter ou não núcleos de verossimilhança, mas o que de fato foge da realidade são as calúnias levantadas em Alexandria, principalmente pelo historiador e sacerdote egípcio Maneton, pelo

filósofo estoico Querémon, pelo erudito Lisímaco, e talvez pelo mais influente deles, o diretor da biblioteca de Alexandria, Ápion. Estes fizeram circular a notícia de que os judeus haviam sido expulsos do Khemet por serem leprosos e que a epidemia da peste por eles causada, fora a verdadeira razão de terem sido expulsos por Faraó.

**CAPÍTULO VI:
OS ACUSADORES
MAIS FAMOSOS
DA ANTIGUIDADE**

SOBRE O ANTISSEMITA MANETON

Flávio Josefo é uma das maiores fontes para conhecer Maneton; ele o cita 34 vezes em sua obra *Contra Apião* e uma vez em *Antiguidade dos Judeus*. Também foi o maior responsável pela conservação da grande obra de Maneton, *História do Egito*. Poucas são as fontes seguras acerca dessa figura tão obscura; o seu próprio nome está envolto em muitos debates. De acordo com Redford (2001), o nome egípcio significa “querido pelo grande deus” e se relaciona comumente com um sacerdote que viveu durante o século III a.e.c. Lang se mostra mais cautelosa sobre o significado do nome de Maneton e após expor algumas versões gregas, conclui que o nome é egípcio. Para ela, o último pedaço de seu nome deriva do deus Toth. O grande historiador John Dillery (2015) concorda com Ian Moyer, que oferece o significado de Maneton como “pastor guardião do templo”.

O que podemos afirmar é que Maneton nasceu em Sambenito, no Delta do Nilo, e que foi um sacerdote de Heliópolis, embora essa informação seja omitida

pelas fontes mais antigas, com exceção da *Suda* e Jorge Sincelo, que no século IX menciona o sacerdote Maneton. Na obra *Livro de Sotis*, Maneton se descreve como sacerdote, escriba dos sagrados templos do Egito e residente em Heliópolis. Na obra *História da Babilônia*, Beroso dedica a Antíoco I a obra na qual afirma que Maneton teria vivido sob o reinado de Ptolomeu Filadelfo, entre os anos 283 e 245 a.e.c.

E foi durante o reinado da dinastia ptolomaica que Maneton se esforçou na introdução do culto a Serápis. Segundo Fátima Aguayo Hidalgo (2022), o culto a este deus se vincula com a fundação de Alexandria, levada a cabo por Alexandre Magno. Plutarco conta que para garantir o culto um dos ptolomeus mandou trazer uma estátua de Serápis desde Sinope. O motivo foi que o dito ptolomeu viu uma estátua de Plutão em um sonho, a qual identificou com Serápis. Segundo Plutarco, sobre esse episódio o deus ordenou que a estátua fosse levada o mais rápido possível até Alexandria. Uma vez que a estátua se encontrava na cidade, Ptolomeu pediu ajuda a Timóteo e a Maneton, o que nos demonstra que Maneton não era

um simples sacerdote, mas uma pessoa de confiança do Faraó que tinha muita influência na cidade.

Apesar de ser egípcio de nascimento, foi educado na cultura grega, somente assim pôde se sentir apto a examinar os textos de Heródoto sobre o Egito e colocar a precisão histórica deste em dúvida. Como prova de sua helenização, todas as suas obras estão escritas em grego. A ele, tradicionalmente se atribuem oito obras, sendo estas: *História do Egito*, *Críticas a Heródoto*, *Livro Sagrado*, *Sobre Antiguidade e Religião*, *Sobre os Festivais*, *Sobre a Elaboração de Kyphi*, *Tratado sobre Doctrinas Físicas* e o *Livro de Sotis*.

HEBREUS OU HICSOS?

Maneton, ainda no século III a.e.c., no esforço de envergonhar e empobrecer as origens judaicas, afirma que os filhos de Israel são idiotas, leprosos e que na época do êxodo foram expulsos como medida sanitária a fim de evitar a contaminação dos egípcios por lepra. Maneton também cita a existência de um povo obscuro conhecido como hicsos e sugere uma estreita relação deste povo com os hebreus saídos do Egito. Segundo ele,

esse povo era estrangeiro e invadiu o Egito por força de armas. De acordo com o relato, os hicsos converteram seus governantes a prisioneiros, incendiaram as cidades, saquearam e profanaram os templos sagrados e trataram a população com extrema brutalidade, escravizando mulheres e crianças. Entretanto, a facilidade com a qual dominaram o Egito pode ser explicada, segundo ele, pela honra egípcia, pois ao se omitir da luta o resultado não é a derrota.

Flávio Josefo confirma que esse povo veio do Oriente; fato que textos antigos egípcios corroboram. De acordo com o texto, este avanço resultou em um governo caótico e ilegítimo, que por não respeitar a *ma'at*, acabou por ser derrotado. A concepção egípcia explica esse episódio como a derrota do usurpador Seth/Tifón pelo governo legítimo do rei Hórus.

Flávio Josefo, seguindo as palavras de Maneton, explica que o nome desse povo estrangeiro significa *hic* (reis) e *sos* (pastores). Maneton não se atreveu a identificar os invasores com nenhum outro povo conhecido, limitando-se a identificá-los como “reis pastores”, em grego, βασιλεῖς ποιμένες. Pesquisadores

mais recentes como Redford assinalam que o real significado do nome seria “reis estrangeiros da Fenícia”; Bietak observa que pode ser “governantes de regiões estrangeiras”.

Maneton também associa ao que ele chama de expulsão do Egito a lepra, a qual os hebreus eram portadores, portanto, a expulsão do povo hebreu se deu para purificar o reino. Plutarco, se baseando em Maneton, escreve que os homens conhecidos como tifonianos eram queimados vivos a fim de acalmar o deus Tífon, dessa maneira, acabando com as enfermidades. Tal ritual era praticado na cidade de Iliatiópolis. Outra fonte trata que no Oráculo de Alfarero os seguidores de Tifón se identificavam como os invasores do Egito que foram expulsos. Este deus foi adorado em Avaris, cidade onde os hicsos ocuparam e se estabeleceram, o que pode levar a crer que sejam os mesmos hicsos que Flávio Josefo menciona. É sabido que o historiador judeu identifica os hicsos como antepassados dos hebreus, mas jamais os relacionou com leprosos.

O que se tem certeza é que, sabendo ou não a origem dos hicsos, os antissemitas da antiguidade não raramente associavam os hebreus a esse povo, afirmando que ao invés de um êxodo para a liberdade do cativo egípcio, os hebreus foram expulsos, fosse por representarem uma ameaça, fosse como um povo usurpador e ilegítimo, fosse por serem leprosos.

SOBRE O ANTISSEMITA ÁPION

Assim como no caso de Maneton, Flávio Josefo também é a nossa principal fonte acerca da vida e obra de Ápion de Alexandria; o historiador judeu dedica toda a primeira metade do livro II da obra *Contra Ápion* a esta personagem. Da mesma forma que Maneton, Ápion vive uma dualidade de cultura: era egípcio de berço e alexandrino por cidadania. Outra fonte, a *Suda*, confirma que Ápion foi discípulo de Dídimo e exerceu a profissão de professor nos tempos de Tibério César e Cláudio César. Vivendo durante o século I da era comum, foi um importante doutor em letras gregas, dedicando-se especialmente aos estudos homéricos e gramática, além

de ser versado em latim, o que o capacitou a compor um tratado acerca do dialeto romano. Foi uma pessoa reconhecida pelos seus feitos ainda em vida, com destaque no âmbito literário romano, alcançando o respeito e a admiração pessoal do imperador Tibério. Teve maior proeminência entre os anos trinta e sete e quarenta e um, momento no qual promoveu palestras por toda a Grécia. Teve uma relação íntima com Plínio, o Velho, que em seu prefácio de *Naturalis historia* menciona Ápion como um conhecido da juventude. A sua monumental obra intitulada *História do Egito* dividida em cinco volumes é usada por Clemente de Alexandria ao falar sobre os judeus na importante obra “Stromata”. Sobre Ápion também se dedica a falar Aulo Gélcio, que o cita na sua maravilhosa obra *Noctes Atticae* (Hidalgo, 2022, p. 114).

Ápion de Alexandria também foi motivo de estudo de autores cristãos do primeiro e segundo séculos e sua obra parece ter influenciado muito esses primeiros cristãos. O escritor Taciano alude ao quarto livro *Egito* de Ápion, o seu relato sobre a antiguidade de Moisés. Outra obra em que Ápion é mencionado são *Homilias*

Clementinas, na qual é apresentado como um litigante pagão sobre a mitologia grega clássica. Outras fontes cristãs suportam a ideia de que Ápion foi um prestigioso gramático de Alexandria, filósofo e um orador sem igual, visitante constante de Roma, cujo ódio aos judeus e desprezo pela sua cultura eram bem conhecidos. Em ambos os relatos somos apresentados a um Ápion “pouco egípcio”, mais como um grego interessado pelas alegorias da mitologia grega e diálogos platônicos do que necessariamente pela política de sua cidade. Em nenhuma delas encontramos qualquer referência à obra que lhe contrapunha: *Contra Ápion*, de Flávio Josefo. Isso se dá pelo pouco interesse apologético que esta obra tinha pelos primeiros cristãos.

Graças a uma onda de violência antijudaica em Alexandria sob o governo de Flaco, a comunidade judaica da cidade se colocou em defesa dos seus direitos, dos quais gozavam desde a fundação da cidade. Nesse momento, Ápion aproveitou para encorajar os atos antissemitas. Os judeus alexandrinos responderam enviando uma delegação ao imperador Calígula, cuja comitiva era liderada por Filón de Alexandria. Em

resposta, Ápion encabeçou a delegação oposta, que tinha a finalidade de apresentar queixas ao César sobre os malefícios da presença judaica. Veio a falecer por volta dos cinquenta anos devido a complicações de uma cirurgia.

Não há dúvidas acerca das atividades de Ápion: bem se sabe que era professor de retórica e filosofia; além de ter sido diretor da biblioteca de Alexandria, dedicava-se também à história e ao estudo da gramática. Para fins de informação, Flávio Josefo apresenta Ápion, escrevendo: “Mas agora eu pego o resto dos escritos para verificar para nós e para aqueles da objeção a Ápion, o gramático, sendo versado [...]”.

**CAPÍTULO VII:
CÉLEBRES
JUDEUS EM
DEFESA DO SEU
POVO**

DO FILÓSOFO FÍLON DE ALEXANDRIA

Nascido Gaio Júlio Fílon, entrou na posteridade como Filón de Alexandria. Nasceu, de acordo com a *Suda*, na cidade de Alexandria, descendente, assim como Flávio Josefo, de uma antiga linhagem de sacerdotes. Foi um homem de letras, versado na cultura helênica, como descreve o próprio Flávio Josefo em sua obra *Antiguidades Judaicas*: “homem em tudo notável, irmão de Alexandre, o alabarca, e não inexperiente em matéria de filosofia”.

Pouco se sabe sobre sua vida, todavia, é sabido que era um judeu helenizado, dedicado aos estudos das letras, filosofia e natureza; destacou-se como influente neoplatônico da sua época, introduzindo o pensamento platônico à interpretação da bíblia hebraica, como é o caso da obra *Questões sobre o Gêneses*.

Teria nascido por volta de c. 20 - 10 a.e.c. Esta informação se infere a partir do seu diálogo intitulado *Sobre os Animais (De Animalibus)*, no qual conhecemos um Fílon adulto e envolvido com seu sobrinho de tenra idade, como a professora portuguesa Tatiana José

Rodrigues Faia (2010) bem observa: este sobrinho em 42 e.c. já possuía idade para exercer o cargo de subgovernador da Tebaida, e em 70 e.c. ainda tinha energia e vigor para comandar o cerco de Jerusalém. Portanto, podemos aferir que Tibério teria nascido por volta de 15 e.c.

Educado na cultura helênica, se interessou pelos escritos de grandes pensadores e filósofos gregos, como Platão, Aristóteles, Diógenes, Heráclito de Éfeso, Demócrito, Panécio de Rodes, assim como pelos poetas Hesíodo, Homero, Xenofonte e Píndaro, pelos dramaturgos Ésquilo e Eurípides, e em menor medida, por Sólon de Atenas.

Por seu pai e ele próprio terem sido cidadãos romanos, Fílon pôde usufruir da melhor educação da época. Porém, não sabemos se Fílon se aprofundou nos estudos talmúdicos e demais escritos de sua fé; não se sabe nem se dominava o hebraico. É possível que boa parte do conhecimento bíblico que possuía tenha sido graças a *Septuaginta*, entretanto, é difícil crer que um homem da estatura intelectual de Fílon não teria também

conhecimento da língua hebraica e total conhecimento de sua fé ancestral.

Sobre sua família, como disse anteriormente, ela fazia parte da casta sacerdotal. Sabemos também que sua família era abastada: Flávio Josefo relata que certa vez o irmão de Filón, conhecido como Alexandre, emprestou uma quantia de duzentas mil dracmas ao rei Herodes Agripa I. Também é conhecido que Alexandre teve o ofício de alabarca na cidade de Alexandria, sendo responsável, portanto, por recolher os impostos. Essa profissão, inclusive, teria lhe causado bastantes inimigos, mas se encarregou dela e da profissão de emprestista por falta de opção. Tais profissões foram ocupadas por judeus por quase toda a Idade Média. Alexandre, posteriormente, foi procurador de Antônia, mãe do imperador Cláudio (FARIA, 2010). Um dos filhos de Alexandre, Marco, teria se casado com Berenice, filha de Herodes Agripa I, e como homem de negócios, teria gerido importantes empreitadas na Arábia e na Índia.

Alexandre teve outro filho: Tibério Júlio Alexandre, um judeu que renunciou às suas origens, deixando se assimilar por completo. Exerceu as funções

de governador da Judeia em quarenta e seis e quarenta e oito; foi nomeado governador romano no Egito pelo imperador Nero em 66 e.c. foi prefeito do Pretório em Roma; e foi comandante do general e futuro imperador Tito, atuando como segundo no comando durante a guerra contra os judeus. Conseguiu esses cargos graças a influência e prestígio que sua família possuía em Alexandria.

Flávio Josefo o descreve como um dos homens mais influentes da sua era, e o considera como um judeu que não teve piedade dos seus ancestrais. Já Tácito o descreve como um “cavaleiro romano de primeira ordem, nomeado comissário da campanha”. Tudo indica que para Tácito as origens judaicas de Tibério eram irrelevantes.

Essa é uma advertência séria quando tratamos sobre assimilação do povo judeu: é assustador que Tibério, sendo um judeu (ainda que assimilado), tenha pego em armas e, sob a efígie romana, ajudado a sitiar Jerusalém e a arrasar o templo.

Não há registros sobre as viagens e peregrinações que pode ter feito Fílon; o único relato de sua saída de

Alexandria se encontra na sua obra *Embaixada a Gaio* (*Legatio ad Gaium*), quando após as ondas de antissemitismo em Alexandria, liderou uma embaixada ao imperador Calígula no outono de 38 a.e.c. Nessa obra, Fílon se apresenta como um ancião. Não há exatidão sobre sua morte, mas estima-se que tenha falecido por volta de cinquenta. Outras fontes apontam para a data de 41 e.c. Esta informação se infere à medida que Fílon descreve um evento que aconteceu ainda no principado de Cláudio.

EMBAIXADA A GAIO

É sabido que o governador que sucedeu Flaco foi um oficial de nome Vitrásio Polião; ao que parece, seu governo foi de relativa paz e prosperidade para a população, incluindo à comunidade judaica, que conseguiu recuperar uma certa autonomia econômica, o que se comprova pelo sacrifício em prol do sucesso da campanha de Calígula na Germânia. Tal sacrifício foi em forma de hecatombes. A isso podemos inferir que os

judeus voltaram às suas casas e reconstruíram suas vidas, todavia, o direito de cidadania ainda lhes era negado.

Fílon relata em *Embaixada a Gaio* o envio de duas delegações a Roma - uma comitiva grega e outra judaica - , e que ambas tinham o objetivo de expor suas petições ao César. Os gregos de Alexandria argumentaram frente ao Imperador que não eram responsáveis pelos tumultos causados no ano de trinta e oito e exigiam que o status dos judeus voltasse a ser aquele editado por Flaco; já os Judeus partiram visando recuperar alguns direitos que possuíam antes de Flaco chegar a Alexandria.

No inverno de 39-40 e.c. o governador Vitrácio Polião concedeu a permissão, e as duas comitivas se dirigiram rumo à capital do Império. A embaixada grega era liderada pelo infame Ápion, enquanto a judaica por Fílon, e possivelmente por seu irmão, Alexandre. Chegados à Itália, ambos os grupos tiveram que aguardar Calígula, que se encontrava na guerra contra os germânicos.

Com a chegada do Imperador, os judeus se apressam a redigir um decreto no qual apresentavam

suas queixas e os maus-tratos que sofriam dos gregos (*Legat.*, 178). Também foi solicitado que o imperador restituísse os direitos de isenção ao culto imperial e os demais benefícios que gozavam antes do governo de Flaco. É possível também que tenham solicitado a cidadania a toda comunidade judaica da cidade. Porém, os gregos tramaram com Hélicon, um liberto e bastante próximo a Calígula, que como grego favoreceu a comitiva de Ápion. Fílon relata que os membros da comitiva grega pagaram um suborno a Hélicon, a fim de que este persuadissem Calígula em prol dos gregos e em detrimento dos judeus (*Legat.*, 172).

A VIDA DE FLÁVIO JOSEFO

Tomamos conhecimento da vida de Flávio Josefo ainda durante as guerras judaico-romanas, quando participou do conflito como general rebelde na Galiléia enfrentando uma expedição militar liderada por Vespasiano e seu filho Tito. A maior fonte de informação sobre sua biografia é encontrada na sua obra *Vita*; ele mesmo relata que após o sítio de Yodfat (Jotapata) se entregou ao general Vespasiano, que o fez cativo.

Todavia, usando de sua posição como sacerdote, ousou prever que o general logo se tornaria o futuro imperador, e com isso ganhou benefícios do general.

Tal relação que obteve junto a Vespasiano e Tito lhe proporcionou a condição de historiador; dedicado a esse ofício, escreveu quatro obras conhecidas: *Guerra dos Judeus*, *Antiguidades Judaicas*, *Contra Ápion* e *Vita*, cada uma dedicada a um tema específico, sendo, portanto, *Vita* a obra na qual descreve uma autobiografia, ainda que não se aprofunde em detalhes e se concentre apenas nos eventos principais de sua vida. Em *Guerra dos Judeus*, Flávio Josefo se aproxima da Revolta Judaica, na qual tomou parte do conflito.

Seus dados pessoais são um tanto obscuros: sabe-se que seu nome foi Yosef ben Matityahu, nascido provavelmente em Jerusalém em torno de trinta e sete ou trinta e oito. Durante o reinado do Imperador Calígula, teria sido adotado pela dinastia Flaviana. Casou-se pelo menos quatro vezes após ser capturado e teve pelo menos três filhos: Hycarnus, Justo e Simonides. Sobre o princípio de sua relação com os romanos, o próprio historiador nos informa, escrevendo:

Eu, Josefo, filho de Matthias, um hebreu nativo de Jerusalém e sacerdote, que em princípio lutou pessoalmente contra os Romanos (Flávio Josefo, Guerra dos Judeus. I: 3).

Ele também reserva boa parte da sua apresentação para confirmar o seu status frente à comunidade judaica: Afirma ser da casta sacerdotal e membro de umas das famílias mais ilustres de Jerusalém. Durante a vida de Josefo, se estima que houve cerca de 18.000 sacerdotes contemporâneos à Guerra. Ainda destaca que na Judeia se encontravam vinte e quatro famílias da mais alta estirpe, que descendiam diretamente de Arão, irmão de Moisés e o primeiro sacerdote do povo judeu. Escreve ele na obra *Vita*:

Agora, no meu caso, a minha ascendência é bastante ilustre, tendo se originado com os sacerdotes há muito tempo. Assim como a base de nascimento ilustre é diferente entre várias nações, assim também entre nós [judeus] a associação ao sacerdócio é uma prova certa de uma ascendência de brilho. Agora, no meu caso, a minha ascendência não é apenas a partir de sacerdotes; mas a minha família também é a primeira das vinte e quatro, esta é uma grande distinção dentro deste

grupo [curso]. Além disso, eu tenho uma quota de ascendência real por parte materna, porque os filhos dos Hasmoneus, de quem ela era uma descendente, por um tempo muito longo, serviram como sumos sacerdotes e 73 exerceram a realeza de nossa nação indicando sucessão (Flávio Josefo. Vita, IX 1-3).

Para reforçar ainda mais sua posição e legitimar sua presença ante os oficiais romanos, Flávio Josefo alegava descender também da casa real dos Hasmoneus, o que lhe dava uma dupla e ilustre ascendência: sacerdotal e real. Em todo caso, o historiador deixou em evidência sua distinção social por ambos os lados.

Outras figuras históricas atestam e corroboram com a tese da ascendência ilustre de Flávio Josefo, como é o caso do historiador romano Suetônio em *A vida dos doze Césares*:

Na Judeia, como consultasse o oráculo do deus do Carmelo, as sortes lhe disseram e garantiram que seus pensamentos e projetos, por mais extraordinários que fossem, venceriam. Um dos mais nobres cativos, no instante que o punham a ferros, não cessou de afirmar que cedo seria libertado pelo próprio Vespasiano, mas por ele feito

Imperador de Roma. (Suetônio, A vida dos doze Césares, IV: 6).

Suetônio não informa de maneira explícita o nome de Flávio Josefo, todavia, retrata no decorrer do relato que Vespasiano comandava as tropas romanas na Judeia, e que em um desses episódios vários judeus foram feitos cativos, dentre esses, um dos mais “nobres” cativos não cansou de afirmar que seria libertado por Vespasiano, na altura que este se tornara o novo César (SILVA JÚNIOR, 2015). Desta descrição podemos inferir que o cativo “nobre” foi Flávio Josefo.

Ainda sobre a genealogia de Flávio Josefo, em sua obra *Vita* o patriarca de sua família foi um homem chamado Simão Psellus, um dos sacerdotes nomeados por Hicarno. Simão teve nove filhos, um deles foi Mathias, que casou-se com a filha do sumo sacerdote Jonathes, e desse consórcio tiveram um menino chamado Mathias Curtus, que gerou Josefo, que por sua vez gerou Mathias, sendo este, portanto, o pai de Flávio Josefo.

Sobre seu pai, o historiador judeu escreve:

[...] possuía distinção não apenas por sua ascendência, mas pelo seu reconhecido senso de justiça e por ser um homem de grande respeito em Jerusalém, a maior cidade da época. Contudo, fui educado junto a um irmão de nome Mathias, nascido em minha genuína família, irmão de parte de pai e de mãe. Eu me destacava em vasto progresso educacional, sendo a minha reputação de excelência, tanto na memória quanto no conhecimento. Ainda menino, na verdade, com aproximadamente 14 anos, costumava ser elogiado por todos, pois estava dedicado aos estudos: os principais sacerdotes e os principais homens da cidade, muitas vezes, se reuniam para compreender as questões da lei, mais precisamente com a minha assistência. (Flávio Josefo. *Vita*. II: 7-9).

Nesse trecho somos apresentados à educação de Flávio Josefo; destacando-se nas habilidades de memória e considerado de inteligência notável, desde menino teve acesso a uma educação privilegiada, sendo versado na lei judaica, e como parte de seu ofício, orientava as pessoas que iam até ele tirar suas dúvidas acerca de interpretações da Torah oral e escrita. O próprio nos afirma que teve uma base de educação farisaica, e que

após conhecer as maiores vertentes filosóficas da época, aos dezenove anos escolheu a escola dos fariseus.

Nos conta que investigou as três diferentes seitas da Judeia, isto é, os Fariseus, os Saduceus e o Essênios, e que nessa última experiência conheceu um homem chamado Bannus, tendo vivido por três anos no deserto como seu discípulo.

Quando eu tinha uns 16 anos de idade, escolhi ganhar experiência nas escolas filosóficas existentes entre nós. Há três delas: a primeira, fariseus; a segunda, saduceus; e a terceira, essênios, como já dissemos muitas vezes. Desta forma, pretendia escolher a melhor [escola] – se pudesse examiná-las todas. Depois de muito esforço, passei pelas três. Quando descobri que um homem com o nome de Bannus fez sua vida no deserto, tornei-me seu devoto: vestindo roupas [feitas] de árvores, limpava os alimentos e me lavava frequentemente para a purificação com água gelada dia e noite! Quando eu tinha vivido com ele três anos e, por isso, satisfeito meu desejo, retornei à cidade no meu décimo nono ano e comecei a me envolver na vida pública por meio da escola filosófica dos fariseus, que é um pouco semelhante com o chamado estoico entre os gregos. (Flávio Josefo. Vita. II: 10-12).

Com a idade de 26 anos, deslocou-se até Roma a fim de resolver assuntos internos da Judeia: tratar do julgamento de alguns sacerdotes israelitas que foram presos e aguardavam sua pena.

Depois do meu vigésimo sexto ano, de fato, coube a mim ir até Roma pela razão que vai ser descrita. No momento em que Felix estava administrando a Judeia, havia certos sacerdotes, colaboradores próximos de minas e senhores que foram obrigados a enviar a Roma uma carga menor e incidental do que César tinha estabelecido. Querendo encontrar algum meio de resgate para estes homens, especialmente quando descobri que, mesmo em circunstâncias infelizes, não

havam abandonado a devoção para com Deus, mas foram sobrevivendo com figos e nozes, cheguei a Roma, depois de ter enfrentado muitos perigos no mar. Pois, quando o nosso navio foi inundado no meio do Adriático, tivemos de nadar a noite toda. E quando pela provisão de Deus um navio cireneu apareceu diante de nós em torno da madrugada, eu e alguns outros – cerca de oitenta por completo – ultrapassamos os demais e subimos a bordo. Depois de termos chegado com segurança a Dicaearcheia, chamada pelos romanos de Puteoli, conheci Aliturus: este homem era um ator, requisitado especialmente por Nero, mesmo sendo um judeu por ancestralidade. Por meio dele, me tornei conhecido por Popeia, a

esposa de César, e, em seguida, muito rapidamente arranjei as coisas, apelando para ela libertar os sacerdotes. Depois de ter conseguido, após ter recebido enormes presentes de Popeia, além desse benefício, voltei para casa (Flávio Josefo, *Vita*. III: 13-16).

Nesse relato tomamos conhecimento que ainda jovem Flávio Josefo foi enviado em uma comitiva a Roma para tratar de assuntos de interesse dos judeus na Judeia, especialmente para tentar resolver as desavenças cada vez mais intensas com os gregos, e que nessa expedição conheceu *Aliturus*, que rapidamente se tornou seu amigo, assim como a própria Popeia, esposa do Imperador Nero. Essa situação permitiu que a própria consorte imperial tomasse parte na sua missão. Para que essa viagem desse certo, era imprescindível que Flávio Josefo tivesse conhecimentos razoáveis de língua estrangeira, nesse caso o grego, que era geralmente empregado no campo administrativo romano Oriente.

Certamente, após ter concluído uma base sólida na cultura e tradição hebraica, Flávio Josefo, como filho de uma família aristocrata, dedicou-se às línguas

estrangeiras. Ainda que não saibamos com exatidão quando o aprendizado do grego se deu, acredita-se que tenha sido entre os seus dezenove e vinte e seis anos. Na sua obra *Vita Josefo* oculta o momento exato, restringindo-se apenas aos aspectos de sua educação formal judaica. Seja como for, o conhecimento do grego proporcionou a Josefo escrever as obras nas quais defendia a população judaica frente às constantes e crescentes ondas de antissemitismo, como é o caso da obra que trataremos a seguir: *Contra Ápion*.

CONTRA ÁPION

Contra Ápion é a obra mais curta escrita por Flávio Josefo e está envolta em mistérios: não podemos ter clareza de quando foi escrita, todavia, sabemos com certa segurança que a dita obra é posterior a *Antiguidades*. Também não há certeza a quem a obra é dedicada; Josefo diz ser a um homem chamado Epafrodito. Este pode ter sido Tibério Cláudio Epafrodito, um liberto que ocupou a função de secretário do imperador Nero e que foi um dos responsáveis por desmascarar a tentativa de assassinar o imperador em

sessenta e cinco. Digno da confiança imperial, recebeu honras militares (*hastea purae y caronae aurea*) e auxiliou Nero em seu suicídio em sessenta e oito. Encontrou seu fim de maneira abrupta quando, após ter sido exilado pelo imperador Domiciano, foi executado entre 94/95. Este parece um candidato plausível apoiado em Flávio Josefo quando este descreve-o como um homem que conheceu as mudanças da sorte.

Outro forte candidato é outro ex-escravizado, que sendo possuidor de riquezas e influência teria sido o patrono de Flávio Josefo. Se interessava por literatura e por artes, de modo que Josefo o descreveu como um homem que amava toda forma de cultura. Caso esse seja o Epafrodito a quem a obra foi dedicada, é possível que ele tenha apoiado e financiado os trabalhos de Josefo, oferecendo os meios necessários para que este pudesse recitar suas obras publicamente, além de o introduzir ao círculo literário. Por esta razão, este segundo candidato hoje nos parece o mais provável a sê-lo.

Escrito por volta do ano noventa e quatro, *Contra Ápion* não recebeu tal título de seu autor. Na verdade, era uma prática comum na antiguidade que leitores

posteriores, segundo sua interpretação do texto, dessem um título que mais correspondia ao seu conteúdo.

No caso de *Contra Ápion*, devido à ausência de designação de título por parte do próprio autor, é possível que três passagens tenham servido para sua denominação atual: o início dos livros I e II e a parte final da obra. O livro I começa descrevendo o conteúdo de *Antiguidades judaicas*, que inclui uma série de argumentos sobre a história judaica, tão antiga quanto a grega, a particularidade da sua origem e como ocuparam a terra.

No segundo livro, Josefo dedica-se a recapitular as evidências a fim de demonstrar como o povo judeu é demasiado antigo, mas também fica evidente o segundo objetivo explícito da obra: refutar as acusações dos gregos Manetón, Querémon e Ápion. Portanto, é possível distinguir os objetivos de *Contra Ápion*, a saber: a exposição da antiguidade dos judeus e a refutação daqueles que caluniaram a comunidade.

Na parte final, Josefo faz uma recapitulação de todos os temas abordados a fim de responder às calúnias contra os judeus e conclui dedicando a obra a Epafrodito.

O pesquisador Schreckenberg (1996) sugere que Josefo pode ter se referido à obra como *Sobre nosso povo*, todavia, levando em conta que o trabalho não se refere exclusivamente aos costumes, tradições, leis e trajetória dos judeus, tal opinião não é plausível. Tertuliano e Orígenes usam o fato de Josefo dedica-se a explicar sobre o quão os judeus são antigos, a ponto que Tertuliano sugere que o título da obra seria *Antiguidades judaicas*; já Orígenes o menciona como *Sobre a antiguidade dos judeus*. O filósofo neoplatônico Porfírio, discípulo de Plotino e homem responsável por estruturar as *Enéadas*, se refere à obra de Josefo por três títulos: *História judaica* (Ἰουδαϊκὴ ἱστορία), *História Antiga* (Ἀρχαιολογία) e *Contra os gregos* (Πρὸς τοὺς Ἑλληνας). Eusébio de Cesaréia, erudito da época cristã, retorna o título de Orígenes: *Sobre a antiguidade judaica*.

O primeiro a introduzir a menção a Ápion na obra foi o historiador Jerônimo, que apresentou duas variantes nas quais surgiu o nome de Ápion, todavia, não é possível perceber nas palavras de Jerônimo uma intencionalidade em usar *Apionem* como título.

Seja como for, *Contra Ápion* se destaca como uma das obras mais importantes contra o antissemitismo na antiguidade; a menção do nome de Ápion ao título da obra reforça o sentido de que Flávio Josefo se esforça em expor a sua necessidade de desmascarar as calúnias proferidas por Ápion e seus compatriotas gregos, e para tanto, lhe dedica a resposta mais extensa e detalhada do que a qualquer outro personagem grego.

ESTRUTURA DE CONTRA ÁPION

Na sua obra, Flávio Josefo procura dois objetivos fundamentais: expor seus argumentos a fim de provar ao leitor que o povo judeu possui uma longa tradição histórica, ao contrário do que dizem os caluniadores gregos, para isso utilizando vários artifícios retóricos; e o segundo objetivo é refutar aqueles que têm atacado os costumes do povo judeu. Com o propósito de testemunhar sobre a complexidade e os benefícios que a tradição hebraica carrega, Josefo expõe detalhes das leis mosaicas e como estas servem de modelo para outros povos.

Tendo como eixo temático a resposta às acusações que põem em xeque a antiguidade hebraica, Flávio Josefo aparece como alguém que propõe corrigir e instruir todo aquele que, por ignorância histórica, difama a história dos judeus. De início responde brevemente àqueles que, confiando no silêncio dos historiadores gregos sobre a história dos judeus, falam de um estabelecimento hebreu tardio na região de Israel; afirma que a falta de testemunhos gregos acerca da presença e história judaica se dá por ignorância dos historiadores gregos (*Ap.* I 60-68). Em um segundo momento, manifesta sobre a antiguidade do povo judeu baseado em autores que falam a esse respeito (*Ap.* I 69-218); em seguida, tece argumentos contra as acusações de que os judeus foram expulsos do Egito por serem leprosos e que Moisés, sendo o líder do povo, também se encontrava contaminado pela lepra. (*Ap.* I 219- II 144). Sobre Moisés, Josefo dedica grande parte de sua atenção: procura eliminar quaisquer dúvidas sobre a antiguidade de Moisés como legislador (*Ap.* II 156).

Essas três partes podem ser assinaladas em três tópicos: 1) Razões do silêncio grego acerca da história

hebreia; 2) As evidências da antiguidade judaica, utilizando-se das fontes egípcias (I 73-105), fenícia (I 106-127), caldea (I 128-160) e grega (I 161-214); e por fim, 3) refutação as acusações de Maneton (I 227-287), Querémom (I 288-303), Lisímaco (I 304-320), Apolônio Mólom (II 145-286) e Ápion (II 1-144).

À refutação das calúnias de Ápion dedica quatro tópicos, dos quais o primeiro apresenta uma introdução; em seguida, o relato de Ápion sobre o êxodo do Egito; na terceira parte Josefo apresenta e discute o relato de Ápion sobre Alexandria e, por fim, o relato de Ápion sobre os rituais no templo de Jerusalém e outras leis religiosas. Conclui o livro com um resumo das principais leis a fim de demonstrar a importância do modelo para, em seguida, apresentar a sua conclusão geral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante mais de dois milênios todo o povo judeu, com exceção daqueles que sempre estiveram na Judeia, experimentou toda sorte de eventos: testemunharam a ascensão e queda de impérios; se viram ora sobre o cetro faraônico, ora sob a águia romana; viram sua cultura ser hostilizada e desprezada por aqueles que se esforçavam em justificar seus atos para crer - e fazer crer - que os judeus mereciam aquele tratamento, e a eles era destinado um ódio sem fim.

Toda sorte de calúnias caía sobre o povo judeu motivadas pelos mais baixos interesses humanos: a inveja, o desprezo pela cultura alheia, a raiva e a ignorância. Acusados de serem preguiçosos por Sêneca, provaram não poupar esforços para perpetuar sua tradição. Identificados como pessoas não religiosas, mantiveram seu monoteísmo em meio ao panteão dos outros povos, vandalizados como inaptos para trabalhos úteis. Geraram homens da estatura moral de Fílon de Alexandria, Flávio Josefo, Rabino Akiva, e em época futura, trouxeram ao mundo gênios que mudaram o curso da história e da civilização ocidental.

O judaísmo constitui em si uma unidade homogênea com diferentes facetas, todavia, essas diferentes comunidades partilhavam um interesse em comum: embora muitos tivessem esquecido a língua sagrada, mantiveram um sentimento de religião nacional e um desejo por recriar seu Estado e restabelecer sua independência. Portanto, o antissemitismo promovido no Mundo Antigo era um ataque ao próprio sentimento de pertencimento de um povo apartado dos demais.

O inevitável encontro da cultura helênica com o pensamento hebraico gerou uma síntese nunca antes vista. Em um movimento inédito na história, os judeus tiveram acesso à cultura helênica, e muitos absorveram costumes e conhecimentos ocidentais. Todavia, jamais se deixaram assimilar por completo, o que causou o ódio contra eles. Essa teimosia dos judeus em observar a lei mosaica e não deixar suas crenças ancestrais se perderem frente à religião dominante foi a chave que conduziu o povo judeu por mais de três mil anos, e foi o que nos possibilitou hoje perguntar: onde estão os gregos? Os egípcios? Os assírios? Os romanos? Os selêucidas? Todos esses povos perderam sua essência, e dos povos

antigos, os judeus são os únicos que podem orgulhosamente dizer: continuamos aqui, fortes.

POSFÁCIO

Em *Educação após Auschwitz* Adorno adverte: “A exigência que *Auschwitz* não se repita é a primeira de todas para a educação”¹⁹. A advertência de Adorno, publicada em *Educação e emancipação* de 1967, segue sendo atual, seja no âmbito da educação institucional, seja do ponto de vista social. Na difícil tarefa nos legada por Adorno, pensar o antissemitismo, em uma perspectiva histórica e moderna, configura-se como etapa indispensável para compreensão do ódio socialmente construído e das formas de violência perpetradas, em diferentes momentos históricos, contra um grupo.

Pensar acerca do povo judeu e de sua judeidade na contemporaneidade requer o entendimento de que há diferentes formas de se definir enquanto judeu; pode-se partir de uma perspectiva religiosa, mas para além disso, como demonstrou Michel Wieviorka, o sentimento de pertencer a este grupo pode ter uma base cultural,

¹⁹ ADORNO, Theodor W. *Educação e Emancipação*. In: ADORNO, Theodor W. *Educação após Auschwitz*. Trad. Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. P. 119.

histórica ou mesmo de tradições compartilhadas²⁰. Partindo desse ponto de vista, fica evidente que por mais que o Holocausto seja a expressão mais mundialmente conhecida do antissemitismo, suas origens estão ancoradas ainda na Antiguidade.

O livro que Matheus Sales nos apresenta evidencia exatamente esse aspecto. Ao situar historicamente os movimentos de ódio aos judeus, Sales nos permite visualizar, como ele denomina, “*diferentes atmosferas antijudaicas*”, suscitadas por falsas acusações que, resistindo à passagem dos séculos, sedimentaram-se enquanto mitos provedores de ódio, expresso nos movimentos que buscaram, por meio da força, promover *conversão, expulsão e aniquilação* de um povo.

Em 1961, o historiador Raul Hilberg, em *The Destruction of the European Jews* (A destruição dos judeus europeus), indica que mais do que a aniquilação física do grupo, o Estado Nazista buscou o “*massacre da memória*”. A tentativa dos nazistas de imputar uma

²⁰ Cf. WIEVIORKA, Michel. *Antissemitismo explicado aos jovens*. Trad. Joel Ghivelder. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2014.

espécie de esquecimento tanto à memória do grupo, quanto ao crime perpetrado por eles, buscou “*não deixar rastros*”, codificando a linguagem nos documentos e buscando mecanismos expressos de apagamento do crime na esfera pública, a título de exemplo, a expressa proibição de Hitler a qualquer referência pública a “Solução Final da questão judaica” demonstra que além de “*construírem sobre o passado*”, conforme observou Hilberg, os nazistas buscaram disputar o futuro, a memória do evento.²¹

Ao retornar ao Mundo Antigo, Sales nos mostra que o antissemitismo sempre se configura em relação à época em que está inserido, assumindo roupagens religiosas, políticas e/ ou culturais. Longe de uma narrativa puramente estruturalista²², no entanto, o livro

²¹ HILBERG, Raul. *A destruição dos judeus europeus*. Barueri, São Paulo: Amarelis, 2016.

²² A Escola Estruturalista – ou funcionalista é uma escola de interpretação do Nacional-Socialismo que opunha-se à Escola Intencionalista. De forma muito sucinta, a diferença fundamental entre as duas é que enquanto os estruturalistas se concentraram nas estruturas sociais e econômicas que conduziram, quase obrigando os alemães a tomar medidas radicais, os intencionalistas acreditavam que o extermínio dos judeus já era uma intenção de Hitler antes mesmo de sua chegada ao poder. A esse respeito Cf.: SCHURSTER, Karl; DE MORAES LEITE, Alana. Disputas Historiográficas acerca

permite estabelecer paralelos entre as formas de antissemitismo ao longo do tempo e no nosso tempo presente, demonstrando que as expressões atuais do antissemitismo são construídas sobre o passado, reforçando o que Hilberg indicou em sua obra canônica, “quando Hitler chegou ao poder a imagem já estava lá”²³.

Longe, ainda, de uma linguagem puramente acadêmica, o livro de Sales cumpre o seu objetivo inicial de servir de base para que jovens e adolescentes possam conhecer a história do povo judeu. Nesse ponto, parece-nos oportuno estabelecer o diálogo entre o objetivo da obra e aquilo que Peter Gay apresenta como o tripé para *O cultivo do ódio*²⁴, sendo ele: I. A crença na meritocracia, II. O outro conveniente, III. O culto à masculinidade.

Ao abordar a construção do *outro conveniente*, Peter Gay demonstra que o ódio pode ser cultivado e o

do Nazismo e do Holocausto. *Locus: Revista de História*, Juiz de Fora, v. 26, n. 2, p. 386-406, 2020.

²³ Hilberg. Op. Cit. P. 17.

²⁴ GAY, Peter. *A experiência burguesa da rainha Vitória a Freud. O cultivo do ódio*. V. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

outra conveniente socialmente construído em cada época, espacial e temporalmente situadas. O que Sales nos mostra é que frequentemente o povo judeu é sujeito destinatário desse ódio, construído por meio de discursos políticos, religiosos, educacionais.

O livro de Sales constrói a ideia de que o mal não é acidental, ao contrário, pode ser metodicamente construído e reinventado no bojo de cada sociedade, fazendo do antissemitismo não um problema dos judeus ou de épocas passadas, mas um problema de todos. Assim, concluímos indicando que se o empreendimento nazista, como apontado por Hilberg, buscava um “*massacre da memória*” e a disputa pela interpretação futura do evento, o livro de Sales reforça as vozes que não permitiram a destruição total, nem física nem memorial, do povo judeu. Como dito pelo autor: “*continuamos aqui*”.

Profa. Me. Alana de Moraes de Leite
Doutoranda em História pelo Programa de
Pós-Graduação em História da UFRPE.
Pesquisadora no Laboratório de Estudos do Tempo
Presente - HTP - Núcleo UPE.

Membro do Instituto Brasil-Israel.

Recife, 26 de março de 2023.

5 de Adar de 5783.

REFERÊNCIAS

———, 2000, “Lysimachus of Alexandria and the ostile Traditions Concerning the Exodus”, *Tarbiz* 69, pp. 471.

AGUAYO HIDALGO, Fátima. Flávio Josefo, transmissor de Manetón. 2022.

APPELBAUM, Alan. On the Apostasy of Tiberius Julius Alexander. *Journal of Ancient Judaism*, v. 14, n. 1, p. 47-76, 2023. ASSMANN, Jan. *Historia y mito en el mundo antiguo: Los Orígenes culturales de Egipto, Israel y Grecia*. Madrid. Editorial Gredos, 2005.

BARRETT, A. A., 1989, *Caligula: The Corruption of Power*, London.

BILDE, Per. *Flavius Josephus between Jerusalem and Rome: His Life, his Works, and their Importance*. Worcester. Sheffield Academic Press. 1988.

DE ALMEIDA, José Carlos Silva. Sêneca e o ambiente hebraico de Roma. *Revista Brasileira de História das Religiões*, v. 6, n. 16, p. 199-210, 2014.

DE LIMA SOUZA, Jônatas Ferreira; KAROL, Luiz. *AS ORIGENS DOS JUDEUS NAS HISTÓRIAS*, V, 1-13

DO HISTORIADOR ROMANO TÁCITO (SÉCULO II EC).

DONNER, Herbert. História de Israel e dos povos vizinhos: Da época da divisão do reino até Alexandre Magno: com um olhar sobre a história do judaísmo até Bar Kochba. Editora Sinodal, 1997.

FAIA, Tatiana. "Embaixada a Calígula". Agustina Bessa-Luis e uma memória de Fílon de Alexandria. 2010.

FAIA, Tatiana José Rodrigues. Fílon de Alexandria, Flaco: tradução, introdução e notas. 2010. Tese de Doutorado.

FELDMAN, Louis H.; LEVISON, John R. (Ed.). Josephus' Contra Apionem. Brill, 1996.

FÍLON, Embaixada a Gaio e outros textos. Imprensa da Universidade de Lisboa. Lisboa, 2020.

FONDA, Ênio Aloisio. A diáspora judaica em Roma das origens até Nero (II): o proselitismo judaico em Roma. Revista de História, v. 40, n. 81, p. 37-49, 1970.

GORODOVITS, David. Bíblia hebraica. Editora e Livraria Sêfer LTDA-ME, 2012.

HADDAD, Ezra Y. Los Judios de Babilonia e Irak. Versión castellana de Jaime Barylko. Congreso Judío Latinoamericano. Buenos Aires, 1972.

JAMES, Marisa Elana. The Jew who Pulled Down the Walls: Tiberius Julius between Alexandria and Jerusalem. Rabbinc Civ. I - Jan. 19, 2012.

JOSEFO, Flávio. Antiguedades Judias. Libros I-XI. Edición de José Vara Donado. Madrid. Akal. 2013.

JOSEFO, Flávio. História dos hebreus. Clube de Autores, 2018.

JOSEFO. Contra Apião. Traducción y nota de Margarita Rodríguez de Sepúlveda. Madrid. Editorial Credos, 1994.

JUVENAL, Decimus Junius. The satires of Juvenal. BoD–Books on Demand, 2020.

KLEPFISZ, Heszal. El Talmud: historia y trascendencia. Congreso Judío Latinoamericano. Buenos Aires, 1976.

MANZANARES, César Vidal. Manetón: Historia de Egipto. 1993.

MASRIYA, Yahudiya. Los Judios en Egipto: reseña de 3000 años de historia. Trad. Roberto A. Gombert. Congreso Judío Latinoamericano. Buenos Aires, 1972.

NETO, Willibaldo Ruppenthal. O relato de Hecateu de Abdera sobre os judeus. Revista Hypnos, n. 41, p. 166-192, 2018.

PLATKIN, Abraham. La Historia del Hebreo. Congreso judío Latinoamericano. Buenos Aires, 1967.

SALES, José das Candeias. A obra de Maneton e o culto alexandrino a Serápis: dois instrumentos de organização da memória ptolomaica. Discursos: língua, cultura e sociedade, p. 61-87, 2001.

SCHWARTZ, Daniel R. Diodorus Siculus 40.3 – Hecataeus or Pseudo-Hecataeus? In: MOR, Menahem et al. (eds.). *Jews and Gentiles in the Holy Land in the Days of the Second Temple, the Mishnah and the Talmud: a collection of articles*. Jerusalem: Yad Ben-Zvi, 2003. p. 181-197. SHEA, William H. The Sabbath in Matthew 24:20. *Andrews University Seminary Studies*, v. 40, n. 1, p. 23-35, Spring 2002

SILVA JÚNIOR, Valter Bueno da et al. Vita de Flávio Josefo: uma narrativa de autorrepresentação (94-101 dc). 2015.

SUETÔNIO. A vida dos doze Césares. São Paulo: Prestígio, 3. ed. 2002.

Torallas Tovar, Sofía (trad.), Balzaretti, Lena (rev.), Tratados Histórico-Teológicos: Contra Flaco”, Fílon de Alejandria: Obras Completas, vol. V, José Pablo Martín (ed.), Editorial Trotta, Madrid, 2009.

VEGHAZI, Esteban N. El Antisemitismo en la Antigüedad. Congreso Judío Latinoamericano. Buenos Aires, 1974.

SOBRE O AUTOR



Matheus Gleydson do Nascimento Sales nasceu em Campina Grande, Paraíba, em 1996. É graduando em Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual da Paraíba. Possui experiência com pesquisa genealógica. Também possui experiência com ensino de História e Cultura Judaica. É Madrich do Hashomer Hatzair, Rio Grande do Norte. É Editor-Chefe da Editora Antropus.

E-mail para contato:
matheusales100@gmail.com

BREVE HISTÓRIA DO ANTISSEMITISMO NA ANTIGUIDADE

O LIVRO INTITULADO BREVE HISTÓRIA DO ANTISSEMITISMO NA ANTIGUIDADE É PARTE DA COLEÇÃO HISTÓRIA DO ANTISSEMITISMO E ATENDE A UMA NECESSIDADE CADA VEZ MAIS URGENTE: O COMBATE À INTOLERÂNCIA RELIGIOSA E AO ANTISSEMITISMO CONTRA A COMUNIDADE JUDAICA DO BRASIL.

ESSA OBRA SE DESTINA, INICIALMENTE, À EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADOLESCENTES JUDEUS DAS COMUNIDADES DO NORDESTE, EM ESPECIAL DO RIO GRANDE DO NORTE, A FIM DE ELUCIDÁ-LOS NÃO SOMENTE SOBRE A HISTÓRIA DO POVO JUDEU, MAS COMO SE DEU A CRIAÇÃO DE CALÚNIAS E MENTIRAS QUE ATÉ HOJE PROMOVEM O ÓDIO E QUE FORAM CRIADOS MILÊNIO ATRÁS, ESPECIALMENTE NA ALEXANDRIA DO ANO 38 (E.C.).

